



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**MÍDIA E POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE DA
COBERTURA DO ASSASSINATO DE DOUGLAS RAFAEL
SILVA**

LOUISE OLIVEIRA RODRIGUES

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**MÍDIA E POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE DA
COBERTURA DO ASSASSINATO DE DOUGLAS RAFAEL
SILVA**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

LOUISE OLIVEIRA RODRIGUES

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz
Co-orientador: Prof. Ms. Pedro Barreto Pereira

RIO DE JANEIRO
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Mídia e política de pacificação: uma análise da cobertura do assassinato de Douglas Rafael Silva**, elaborada por Louise Oliveira Rodrigues.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Co-orientador: Prof. Ms. Pedro Barreto Pereira
Mestre em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Márcio Tavares D’Amaral
Doutora em Letras/UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

RODRIGUES, Louise Oliveira.

Mídia e política de pacificação: uma análise da cobertura do assassinato de Douglas Rafael Silva.
Rio de Janeiro, 2016.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Co-orientador: Pedro Barreto Pereira

RODRIGUES, Louise Oliveira. **Mídia e política de pacificação: uma análise da cobertura do assassinato de Douglas Rafael Silva.** Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz. Co-orientador: Pedro Barreto Pereira. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho visa avaliar o programa de Unidades de Polícia Pacificadora no estado do Rio de Janeiro, tomando como objeto de estudo a análise de reportagens publicadas em dois veículos online – O Globo e Favela 247. Para este estudo, foi escolhido o caso do assassinato do jovem Douglas Rafael Silva, no Complexo do Pavão-Pavãozinho. Busca-se o entendimento das diferenças comparativas entre as análises editoriais de cada portal, tendo em vista os frequentes episódios de violência nas favelas do Rio de Janeiro.

*A Douglas Rafael
Silva, à sua família e a todas as
vítimas da violência nas
comunidades do Rio de Janeiro.*

Agradeço à minha família, em especial meus avós, pais e minha querida irmã, aos meus amigos e ao meu grande parceiro, Arthur, por todo o suporte ao longo da faculdade.

Ao professor Paulo Vaz por acatar meu pedido e orientar este trabalho.

Ao pesquisador Pedro Barreto, agradeço pelo apoio, dedicação e parceria desde o primeiro momento.

À universidade pública por espaço democrático, que estimula o pensamento e nos torna militantes pela vida, a igualdade e os direitos humanos.

“Quantos DG tem que morrer para o nosso povo ser feliz ?.”

Bonde da Madrugada

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. O que é UPP?.....	5
2.1 A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.....	7
2.2 O surgimento das favelas no Rio de Janeiro.....	8
2.3 UPP: O Projeto.....	11
2.4 A UPP no Pavão Pavãozinho.....	19
3. O Globo Online e Favela 247: análise editorial	20
4. Caso DG: contextualizando o objeto de estudo.....	23
5. Sobre outsiders e vítimas virtuais.....	28
6. Na mídia: Repercussão da morte de Douglas Silva n’O Globo Online e no Portal Favela 247.....	32
6.1 Morte e manifestações.....	32
6.2 O enterro.....	37
6.3 Esquenta: homenagem ao dançarino.....	42
7. Considerações Finais.....	45
8. Referências.....	47

1. Introdução

As Unidades de Polícia Pacificadora dividem as opiniões desde a sua criação. O projeto, que promete pacificar as favelas, é palco de uma política com discurso higienista, que protagoniza episódios de violência e legitima a morte de todo e qualquer suspeito de “ligação com o tráfico de drogas”. A guerra às drogas mata pobres, pretos e favelados todos os dias. Entre estes, homens e jovens são as maiores vítimas. “É possível perceber através das sentenças judiciais, das ações policiais e das páginas dos jornais que os presos e condenados pelos crimes são, sobremaneira, o homem, jovem, negro, pobre e morador de favelas e periferias” (PEREIRA, 2012). A própria expressão “ligação com o tráfico” implica no pré julgamento e no cerco à vida destas pessoas. O simples fato de conhecer ou ter contato com alguém que faça parte do tráfico, já conjuga “ligação”. Não obstante, mediante a tomada forçada do território, a polícia tem sua ação de fraude facilitada. Nasce assim, todos os dias, autos de resistência forjados, tiroteios combinados e cenas de crimes alteradas.

A mídia é, ainda hoje, chamada de quarto Poder. É ela quem forma opiniões e quem rege as ações governamentais. Quando um veículo de grande repercussão nacional cobra policiamento em determinada área, observa-se o deslocamento de forças para esta região. Quando uma obra está inacabada e é feita uma reportagem de ampla repercussão, o governo se mexe para entregar o projeto. E, quando uma política governamental é apoiada, sem reflexão filosófica ou história e sem questionamentos, esta toma força, cresce e se expande. À parte veículos menores, autorais e com enfoque social e comunitário, a mídia carioca e brasileira apoia, mesmo depois de Amarildos, Douglas e Cláudias, o projeto das UPPs.

A escolha do caso de Douglas Rafael Silva como tema de análise deste projeto se deu, principalmente, pela facilidade de encontrar coberturas opostas sobre o mesmo caso. A ideia inicial envolvia a análise do caso Amarildo. Contudo, observou-se que não houve ampla cobertura de veículos comunitários sobre o episódio. Talvez, por ter sido o primeiro assassinato gratuito com ampla repercussão em áreas de UPP. Já sobre Douglas Silva, observou-se maior engajamento por parte da grande mídia e das mídias comunitárias.

Os veículos escolhidos foram O Globo Online e Favela 247. A escolha de veículos online se deu pela dificuldade de encontrar impressos comunitários sobre o tema. Sobre as reportagens analisadas, logo de início observou-se que houve poucos momentos de convergência de temas cobertos. Por possuírem linhas editoriais completamente opostas,

enquanto O Globo Online se atém a informações oficiais, coletivas e laudos, o Favela 247 parte em busca da opinião dos moradores e do resgate histórico da vítima. O primeiro, legitima a ação da polícia, mesmo se defendê-la. O segundo, busca a voz do morador, da vítima e das testemunhas para deslegitimar a violência e a morte brutal e corrupta de mais um jovem preto, pobre e favelado. “A representação da criminalidade no Rio de Janeiro tem gênero, idade, endereço, cor e classe social (PEREIRA, 2012).

A análise levará em consideração conceitos como sujeição criminal (MISSE, 2008) – “processo pelo qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado propenso a cometer um crime – outsiders (BECKER, 2008) – indivíduos mais propensos a cometer crimes – e as diferenças entre incidente e incidências (COMAROFF, 2006). A bibliografia conta também com estudiosos da Segurança Pública e da Filosofia.

O desenvolvimento desta monografia será feito em quatro etapas, sendo três de contextualização e uma de análise. Em um primeiro momento a intenção é entender os pormenores e características do Programa da UPP, entendendo sua origem seus decretos e contexto histórico. Esta etapa também inclui, por consequência, um resgate histórico da Polícia Militar, do surgimento das favelas e do Complexo do Pavão Pavãozinho. Em um segundo momento, será realizada a análise editorial dos veículos escolhidos para este trabalho. Para isso, foi solicitado ao Portal 247 sua política editorial, que não está disponível no site. Também será feito um resgate histórico de cada veículo. A quarta parte contextualiza a vítima, cujo caso é analisado nessa monografia. Será feita uma linha do tempo dos acontecimentos, com base nas informações disponíveis em diversos veículos e um perfil de Douglas.

Por último, serão analisadas e comparadas três matérias sobre os diferentes momentos do assassinato de Douglas. Para esta análise, serão consideradas as escolhas de fotos ou sua ausência, as palavras chave da reportagem, a elaboração dos títulos, as fontes escutadas e a construção dos fatos em cada matéria. Foram escolhidas: a primeira reportagem veiculada em cada portal, o enterro e a homenagem feita pelo Programa Esquentar

O método de análise escolhido para este trabalho é baseado nos conceitos de *frame analysis* e *agenda setting*. A primeira consiste na perspectiva ideológica de enquadramento e foi responsável por aprofundar mudanças no pensamento sociológico na segunda metade

do século XX. Esta teoria foi desenvolvida inicialmente por Erving Goffman, mas acabou sendo aprofundada por outros teóricos, como Maxwell McCombs e Donald Shaw.

Antes de abordar os enquadramentos, porém, é preciso falar do conceito de *agenda setting*, que surgiu nos anos 1970. Trata-se de uma linha de pesquisa que propõe uma nova etapa de investigação acerca dos efeitos que a comunicação de massa exerce sobre a opinião pública. A essência deste conceito está na maneira como as informações são selecionadas e repassadas. Não existe ênfase, fonte ou foto casual. Toda a construção da notícia é pensada e validada antes de sua publicação. Portanto, a mídia tem sim a capacidade de influenciar a projeção dos acontecimentos e a opinião pública.

Voltando a falar dos enquadramentos, observamos que são formados a partir de uma perspectiva individual. Trata-se de uma estrutura cognitiva limitada e empregada de forma subjetiva com o intuito de atribuir significados aos objetos e acontecimentos (GOFFMAN, 2012). Dessa forma, os fatos são ordenados subjetivamente e transformados em conjuntos carregados de consciência individual.

As consequências dessas interpretações são bastante significativas para a maneira como a sociedade responderá aos acontecimentos. O público, seja ele leitor ou telespectador, tem a tendência de incluir ou excluir seus próprios conhecimentos e pensamentos com base naquilo que lhe é passado pela mídia. Não obstante, a maneira como as informações chegam até ele, ou seja, o enquadramento e a relevância das notícias, é o que define o grau de prioridade que será dado a um determinado acontecimento.

O caso abordado neste trabalho, a morte de Douglas Rafael Silva, ganhou ampla repercussão na grande mídia. O veículo escolhido para representar este segmento, O Globo Online, trouxe em um primeiro momento um enquadramento tendencioso acerca dos antecedentes criminais da vítima, enquanto seguiu se abstendo de levantar suspeitas sobre a responsabilidade da morte. Este comportamento moldou grande parte dos leitores, que passaram a afirmar que Douglas seria traficante. Neste ponto, entra o conceito de vítima virtual, que também será considerado na construção deste trabalho.

Por se tratar de um veículo online, com perfis oficiais nas redes sociais, é possível acompanhar os comentários dos leitores. A maioria deles legitima discursos higienistas e racistas e culpa a vítima por sua morte. Esta postura é absorvida de uma narrativa endossada pelos canais de comunicação consultados por quem tece estes comentários. Aí está a grande responsabilidade da mídia: noticiar crimes nas favelas sem estimular a violência, seja contra quem for.

Para McCombs e Shaw, a mídia é um agente modificador da realidade social e determinada o que e como será informado ao público. Portanto, os veículos de comunicação têm total responsabilidade por aquilo que publicam e devem ser cuidadosos ao publicarem notícias que envolvem a imagem de terceiros. Por isso, o mais correto em casos de erro de apuração, é conceder o mesmo espaço e os mesmos recursos que foram usados acusando, para se retratar.

Para entender o comportamento dos veículos de comunicação diante da maneira como os acontecimentos são noticiados, é preciso considerar alguns aspectos básicos do conceito de *agenda setting*. Por exemplo, o interesse pelo conteúdo, a incerteza do objetivo e os esforços para compreender o tema. O interesse é baseado na política editorial do veículo e na maneira como ele se relaciona com o tema. Este aspecto pode variar ao longo de coberturas mais longas, com base nas consequências que a abordagem pode trazer para o veículo.

Outro ponto importante ao analisar uma reportagem é considerar qual parece ser o objetivo do veículo ao conduzir sua cobertura. Este objetivo também é regido pela política editorial e pelo que se pretende apoiar ou acusar. Por vezes, o veículo pode apostar em uma cobertura declarada imparcial, mas com termos que definem sua posição ou entrevistas que legitimam seu discurso. Em outros casos, pode optar por uma cobertura mais posicionada em prol daquilo que defende.

Por fim, deve-se considerar os esforços para passar a mensagem de forma clara e livre de julgamentos. Quando a notícia é carregada de posicionamento, o fato tende a ser totalmente subjetivado e, assim, o leitor terá uma visão absolutamente parcial, o que o atrapalhará na construção de um pensamento próprio.

Este trabalho não tem por objetivo avaliar a eficácia da UPP ou propor novas soluções em segurança pública no Rio de Janeiro. Tampouco objetiva levantar hipóteses sobre o assassinato da vítima. Trata-se exclusivamente da análise de reportagens veiculadas por portais de notícia com linhas editoriais antagônicas, baseadas em conceitos sociológicos e filosóficos de estudiosos do tema. O método de análise de McCombs e Shaw foi o que mais se adequou ao objetivo deste trabalho e, por isso, foi escolhido para conduzi-lo.

2 O que é UPP?

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) fazem parte do programa de segurança pública do governo estadual do Rio de Janeiro. A primeira UPP começou a funcionar no dia 19 de dezembro de 2008, no Morro Santa Marta, em Botafogo, zona sul da capital fluminense. À época, Sérgio Cabral Filho (PMDB) cumpria seu primeiro mandato à frente do governo do estado, ao lado de Luiz Fernando Pezão (PMDB). O projeto foi planejado e coordenado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro por meio da Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional, representada pela figura do secretário José Mariano Beltrame. As ações foram coordenadas em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro que, naquele ano, passou por processo eleitoral. Em 2008, César Maia (DEM) cumpriu seu último mandato e deu lugar a Eduardo Paes (PMDB), que assumiu em 2009 e foi reeleito em 2013.

Em 2015 foram baixados dois decretos estaduais que regulamentam as Unidades de Polícia Pacificadora: nº 45.146 e 45.186. O primeiro, de 5 de fevereiro de 2015, “dispõe sobre a institucionalização, planejamento e controle da política de pacificação no estado do Rio de Janeiro, cria a Comissão Executiva de Monitoramento e Avaliação da Política de Pacificação (CEMAPP), e dá outras providências”¹. Nos Artigos 1º e 2º do Decreto nº 45.146 o documento esclareceu que: “Fica instituída a Política de Pacificação no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, que demanda o esforço conjunto de todos os órgãos do Governo Estadual, dos entes federativos e da sociedade civil organizada”² e que a chamada Política de Pacificação “é um processo de reintegração política, econômica e social de territórios conflagrados previamente definidos por critérios técnicos estabelecidos pela Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) - responsável pela implementação do Programa de Polícia Pacificadora”³. Com um discurso de higienização de território, o decreto nº 45.146 tenta justificar a instalação das UPPs nas favelas, dizendo que o projeto atende “a delimitação espacial de comunidades socialmente vulneráveis, com baixa institucionalidade e alto grau

¹ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Decreto%2045.146.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

² Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Decreto%2045.146.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

³ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Decreto%2045.146.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

de informalidade”⁴, e completa dizendo que nestes locais “em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito, prejudicando o desenvolvimento político social e econômico de suas comunidades”⁵. Ainda segundo o decreto nº 45.146, o programa segue cinco etapas: “análise estratégica, intervenção tática, estabilização, implantação da polícia pacificadora e avaliação e monitoramento”⁶. Já sobre o que chamam de “ocupação social”, o decreto diz que esta será “planejada e coordenada pela Comissão Executiva de Monitoramento e Avaliação da Política de Pacificação - CEMAPP e executada pelas secretarias de estado cujas atribuições impactam direta ou indiretamente na segurança pública e no social”⁷, mas que podem ser “apoiadas por entes federativos, organizações não governamentais, setor privado e pela sociedade civil organizada”⁸. Segundo o documento a “ocupação social” é o momento em que “após ter sido implantada a polícia pacificadora e ser restabelecida a segurança pública local, são implementadas ações de reintegração econômica, política e social das áreas contempladas pela política de pacificação”⁹. Entre as medidas de “ocupação social” está a proibição de bailes funk e a burocratização para a realização de festas privadas, como celebrações de aniversário ou churrascos de fim de semana. Para conseguir a liberação, é necessário entrar com um pedido oficial na sede da UPP e aguardar o alvará.

Já o decreto de nº 45.186, de 17 de março de 2015, dá mais orientações estratégicas. Entre elas, “conjugua, com equilíbrio e razoabilidade, ações de prevenção proativa com ações de coação legítima e qualificada das polícias estaduais, observado o princípio da dignidade da pessoa humana”¹⁰, para a “recuperação de territórios sob o controle de grupos ilegais armados”¹¹, “restauração do monopólio legal e legítimo da força pelo Estado”¹² e

⁴ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Decreto%2045.146.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

⁵ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Decreto%2045.146.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

⁶ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Decreto%2045.146.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

⁷ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Decreto%2045.146.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

⁸ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Decreto%2045.146.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

⁹ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Decreto%2045.146.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

¹⁰ Disponível em: <https://goo.gl/OHHvYs>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

¹¹ Disponível em: <https://goo.gl/OHHvYs>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

¹² Disponível em: <https://goo.gl/OHHvYs>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

“diminuição da criminalidade violenta, sobretudo a letal”¹³. O documento também estabelece as etapas do projeto:

I - ANÁLISE ESTRATÉGICA - etapa em que a SESEG, baseada em critérios técnicos que consideram conhecimentos e dados produzidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) e pelas agências de inteligência, dimensiona os recursos humanos e materiais necessários e pré-seleciona a(s) área(s) que será(ão) contemplada(s) com a Política de Pacificação e o Programa de Polícia Pacificadora (PPP), bem como ocorrem as ações de articulação, interação e interoperabilidade com outros entes federativos e outras instituições; II - INTERVENÇÃO TÁTICA - Etapa em que, após as reuniões de planejamento e coordenação, são deflagradas ações policiais táticas, realizadas preferencialmente pelas forças do Comando de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar, com o objetivo de recuperarem o controle estatal da área escolhida para a pacificação, e por efetivo especializado da Polícia Civil, visando a operacionalização das investigações em curso referentes ao local. III - ESTABILIZAÇÃO - Momento em que são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área escolhida, antecedendo as ações da polícia pacificadora. IV - IMPLANTAÇÃO DA POLÍCIA PACIFICADORA - Ocorre quando os fatores de risco à integridade física das pessoas estão relativamente controlados pelas forças de segurança, sendo possível o exercício da Polícia Pacificadora. V - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - Ocorre a partir da implantação da polícia pacificadora para orientar eventuais correções periódicas, bem como acompanhar a evolução dos riscos à integridade física das pessoas envolvidas no processo, para a adoção das ações de polícia mais adequadas. (Diário Oficial, Decreto Lei nº 45.186)¹⁴

2.1 A história da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Segundo o Portal da Polícia Militar¹⁵ do Estado do Rio de Janeiro, a PMERJ foi criada no dia 14 de abril de 1835, sob o nome de Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro, por Joaquim José Rodrigues. A sede da Guarda ficava em Niterói, então capital do estado, e era responsável pelo interior e a baixada do que hoje se entende pelo estado do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com o site¹⁶, o primeiro comandante foi o Capitão João Nepomuceno Castrioto. Segundo o portal¹⁷, em seus primeiros anos, a PMERJ era responsável, entre outras funções, por prender escravos fugitivos. Após o fim da escravidão, em 13 de maio de 1888, os escravos começaram a dar origem às favelas e cortiços. Cabia à PMERJ destruir os barracos e prender seus moradores. Com o

¹³ Disponível em: <https://goo.gl/OHHvYs>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

¹⁴ Disponível em: <https://goo.gl/OHHvYs>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016

¹⁵ Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/historia-da-pmerj/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016

¹⁶ Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/historia-da-pmerj/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016

¹⁷ Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/historia-da-pmerj/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016

crescimento destes locais, os policiais passaram a ter dificuldades para agir nestas áreas, dando início ao histórico de violência dentro das comunidades¹⁸.

Ainda segundo o site da PMERJ¹⁹, em 1865, 510 homens que compunham a Guarda fluminense foram convocados para defender o país na Guerra do Paraguai ao lado de escravos alforriados. Após a proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, a PMERJ também participou das Revoltas da Armada e da Vacina e das Revoluções de 1930 e 1932. Para participar destes conflitos, a PMERJ teve treinamento de guerra a fim de atuar como o Exército Brasileiro.

O portal²⁰ traz ainda a informação de que ao longo de sua história, a PMERJ já teve seis nomes: Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro (1835), Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro (1844), Corpo Policial Provisório da Província do Rio de Janeiro (1865), Força Militar do Estado do Rio de Janeiro (1889), Força Pública do Estado do Rio de Janeiro (1920) e Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (1947). Contudo, segundo Thomas Holloway, “a polícia como instituição à parte teve início antes da independência formal, quando a transferência da família real portuguesa para o Brasil levou à criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil em 10 de maio de 1808” (HOLLOWAY, H. Thomas). De acordo com o site²¹, atualmente, a PMERJ conta com cerca de 43.500 policiais, espalhados por 41 Batalhões e nove Comandos Intermediários.

“A estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) é, em escala decrescente: Comando de Policiamento de Área (CPA), que organiza operacionalmente as atividades dos batalhões e Companhias Independentes de Polícia Militar (CIPM); Batalhão de Polícia Militar (BPM), subdividido em companhias orgânicas ou destacadas; Companhia de Polícia Militar (Cia PM), que pode ou não ser subdividida em pelotões; Pelotão de Polícia Militar (Pel. PM); e Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO)/Companhia de Policiamento Comunitário (CPC)” (MISSE, 2014, p.676)

2.2 O surgimento das favelas no Rio de Janeiro

Existem três versões para o surgimento da favela no Rio de Janeiro. A primeira aponta que, na década de 1870, o município do Rio de Janeiro passava por uma crise

¹⁸ Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/historia-da-pmerj/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016

¹⁹ Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/historia-da-pmerj/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016

²⁰ Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/historia-da-pmerj/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016

²¹ Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/historia-da-pmerj/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016

habitacional que forçava a população pobre e, em sua maioria, negra a buscar cortiços e casas de cômodo próximas à área central da cidade, que, naquele tempo, já se configurava em um polo gerador de empregos.

Nesta mesma época, terminava a Guerra do Paraguai, para onde foram deslocados escravos com a promessa de alforria. Ao retornarem, estes escravos construíram cortiços para si nas encostas da zona central do Rio de Janeiro e nos morros da cidade. Após a abolição da escravidão, estas regiões passaram a receber mais escravos alforriados.

Seus habitantes masculinos são *malandros* (boêmios, ladrões, valentes) ou aqueles cuja idade avançada ou doenças (como a tuberculose) incapacitaram para o trabalho. As mulheres lavam os costuram “para fora”, e as crianças vendem pela cidade doces, balas e jornais. Predominaram os negros, que já se reuniam em favelas antes mesmo da abolição, pois o governo imperial havia alforriado multidões de escravos para enviá-los à Guerra do Paraguai (CAMPOS, 2005, p.56).

Desta forma, esta primeira versão, aponta que as favelas surgiram em consequência de alguns fatos isolados, dos quais faz parte a Guerra do Paraguai. “Se associarmos este fato a outro de grande relevância no período, como a destruição dos cortiços, poderemos considerar que ali se estava iniciando o processo de formação das favelas” (CAMPOS, 2005, p.57)

A segunda versão para o surgimento das favelas data de 1897, após a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II, cuja construção se iniciou em 1858. A obra permitiu a ocupação das regiões suburbanas em seu entorno. “A inauguração desse trecho da linha férrea fazia parte da modernização dos transportes, possibilitando a dispersão das classes pobres para os subúrbios” (CAMPOS, 2005, p.57).

Aqui, volta também a questão da alforria dos escravos, tanto nas cidades quanto nas zonas rurais, que se mudaram para cortiços e favelas do Rio de Janeiro. Neste contexto, a Guerra de Canudos também influenciou o surgimento das favelas, uma vez que os que dela voltavam, precisavam construir suas casas.

Sobre esta teoria, observa-se que o processo de formação das favelas, embora tenha início a partir de ocupações pontuais, teve como alavanca o retorno dos combatentes da Guerra de Canudos. Concomitantemente, a abolição da escravidão corroborou para esse processo, uma vez que os ex escravos precisavam buscar terrenos baratos e próximos à área central da cidade para morar. “Em outras palavras, diríamos que a ocupação da favela

não é resultado de um processo, mas de ação pontuada no território” (CAMPOS, 2005, p.59).

Por fim, a terceira teoria diz que o surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro aconteceu em 1894, diante do contexto político e econômico da abolição da escravidão em paralelo às ações do estado para descongestionamento da zona central da cidade. Uma das estratégias para desocupação destes territórios foi a demolição dos cortiços. Diante da derrubada dos cortiços, os moradores destes locais se direcionaram aos morros e encostas, onde construíram suas casas.

Como podemos notar, os ocupantes dos cortiços poderiam ser quaisquer atores e de origem diversas. Entretanto, o período de maior quantidade de concessão de alforrias coincidentemente aconteceu entre 1870 e 1880, liberando quantidades crescentes de trabalhadores escravos, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Essa liberação causou grande preocupação às elites, que logo associaram à formação das ‘classes perigosas’, pelo vertiginoso aumento (CAMPOS, 2005, p.60).

Podemos observar que as três versões sobre o surgimento da primeira favela no Rio de Janeiro, consideram a abolição da escravidão, os cortiços e as questões políticas e sociais de cada época como fatores determinantes. Contudo, “as três versões sobre as favelas apresentadas têm em comum serem espacial e temporalmente delimitadas, sendo pouco provável a sua inserção como processo de formação das favelas” (CAMPOS, 2005, p.62). Sendo assim, é possível concluir que “A favela surge no cenário urbano do Rio de Janeiro, conforme já afirmamos, sem estar contextualizada em um processo social, mas como resultado de fatos espaciais e temporalmente limitados” (CAMPOS, 2005, p.63).

Para Alba Zaluar e Marcos Alvito, “falar de favela é falar da história do Brasil desde a virada do século passado. É falar particularmente da cidade do Rio de Janeiro na República, entrecortada por interesses e conflitos regionais profundos”. Segundos os autores, o Rio de Janeiro foi, desde o início, marcado pela derrubada dos cortiços e pela pressão dos republicanos radicais para que se tornasse uma cidade de padrão europeu. Os autores, contudo, trazem ainda uma visão sociocultural sobre a origem das favelas.

Mas isso também se deveu à criatividade cultural e política, à capacidade de luta e de organização demonstradas pelos favelados nos 100 anos de sua história. E a capital federal nunca se tornou europeia, graças à força que continuaram a ter nela a capoeira (ou pernada ou batucada), as festas populares que ainda reuniam pessoas de diferentes classes sociais e raças,

as diversas formas e gêneros musicais que uniam o erudito e o popular, especialmente o samba (ZALUAR & ALVITO, 2003, p.7).

2.3 UPP: o projeto

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentrava 2.746 setores censitários em aglomerados subnormais. Esta é a expressão usada pelo Instituto para definir territórios em situação semelhante às favelas. A área total destes aglomerados correspondia a 12.362 hectares e contavam 520.260 domicílios particulares ocupados, Destes domicílios, 82%, o que corresponde a 426.965, se concentravam na cidade do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com o IBGE, no município do Rio de Janeiro, estes aglomerados se concentravam com mais força no Centro, nos bairros da Grande Tijuca e na Zona Sul.²²

Outra observação do IBGE foi que a extensão das favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro tem influência direta em suas características. Embora a proporção de domicílios em favelas situadas nas áreas de encostas tenha sido predominante, há uma vasta parcela de domicílios em áreas planas, como observa-se nos subdistritos de Vigário Geral, Ramos e Maré, em que as construções possuem espaçamento inferior a dois pavimentos e as vias de circulação não permitem a circulação de carros e caminhões.²³

“A favela, apesar de seus dramas e suas deficiências, é hoje o lugar dos emergentes, dos que costuram esperanças, onde são gerados 63 bilhões de reais, valor que corresponde ao PIB de países como Bolívia e Paraguai” (MEIRELLES, Renato). Segundo o Data Favela, no estudo Radiografia das Favelas Brasileiras²⁴, 11,7 milhões de pessoas habitam hoje nas favelas do Brasil, o que corresponde a 6% da população. Isso significa que, se as favelas formassem um estado, este seria o quinto maior do país. Ainda de acordo com a pesquisa, o Rio de Janeiro é o único estado da Região Sudeste a contabilizar mais de 10% de sua população morando em favelas. Isso significa que, em 2014, quando a pesquisa foi realizada, cerca de 2 milhões de pessoas moravam em favelas no Rio, o que seria corresponde à sétima maior cidade do país.

²² Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2016

²³ Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2016

²⁴ Disponível em: <http://datafavela.com.br/classe-media-dobrou-de-tamanho-nas-favelas/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2016

A UPP não é o primeiro projeto do governo em parceria com a polícia para controle das favelas no Rio de Janeiro. Para Vera Malaguti, o governo insiste na “luta contra o crime”, ignorando que as ações da Polícia Militar na UPP hoje são semelhantes à ocupação territorial da guerrilha colombiana, apoiada pelo governo dos Estados Unidos. “A avaliação do projeto hoje, em indicadores de ocorrências violentas, já é um rumoroso fracasso. Mas o teleférico está lá, igualzinho ao do Complexo do Alemão”. (BATISTA, 2011, p.3). Ainda segundo a autora, o projeto das UPPs não é uma novidade e faz parte do que ela chama de “arsenal de intervenções urbanas previstas para regiões ocupadas militarmente no mundo a partir de tecnologias, programas e políticas norte-americanas que vão do Iraque à Palestina” (BATISTA, 2011, p.3).

No Arquivo Nacional, localizado na capital, encontra-se uma carta do delegado da 10ª circunscrição direcionada ao chefe de polícia do Distrito Federal, dr. Enéas Galvão:

Obedecendo ao pedido de informações que V. Excia., em ofício sob nº 7.071, ontem me dirigiu relativamente a um local do Jornal do Brasil, que diz estar o morro da Providência infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo morro um só bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa de pelo menos um auxílio de 80 praças completamente armadas. Dos livros desta delegacia consta ter ali sido feita uma diligência pelo meu antecessor que teve êxito, sendo, com um contingente de 50 praças, capturados, numa só noite, cerca de 92 indivíduos perigosos. Parece, entretanto, que o meio mais prático de ficar completamente limpo o aludido morro é ser pela Diretoria de Saúde Pública ordenada a demolição de todos os pardieiros que em tal sítio se encontram, pois são edificadas sem a respectiva licença municipal e não têm as devidas condições higiênicas. (Arquivo Nacional apud ZALUAR & ALVITO, 2003, p.8)

A carta foi direcionada a um dos assessores de Enéas Galvão, acompanhada de um parecer datado de 8 de novembro de 1900. Dois dias depois, o chefe de polícia endossou a proposta de seu assessor, que dizia: “Parece-me que ao sr. Prefeito devem ser pedidas, a bem da ordem e moralidade públicas, as providências que julgar necessárias para a extinção dos casebres e pardieiros a que alude o delegado” (Arquivo Nacional apud ZALUAR & ALVITO, 2003, p.8)

Contudo, não há mais registros sobre o que se sucedeu e nem confirmação se o delegado recebeu o retorno do chefe de polícia. Segundo Zaluar e Alvito, ambos os documentos são importantes porque mostram a política sanitária e policial já vigente àquela época. Como podemos observar nos escritos, as favelas eram tidas como um foco de desertores, ladrões e praças do Exército'. Também há uso de termos e expressões problemáticas, como “infestado de vagabundos e criminosos”, “extinção dos malfeitores”, “limpo”, “pardieiro” e “indivíduos perigosos”. Como concluem os autores, a proposta de desabitatar o morro não era inédita e nem estava concentrada apenas no imaginário dos policiais “A retórica centrada nas concepções de uma ‘patologia social’ e da ‘poluição’ estava destinada a uma longa permanência na cena institucional carioca do século XX” (ZALUAR & ALVITO).

Ao longo da história foram inúmeras incursões e projetos para desocupar ou controlar as regiões de favela. Tantas que não seria possível contá-las todas neste trabalho. A princípio o objetivo era, como já citado, “higienizar” estes espaços, ou seja, retirar os moradores das favelas e derrubar os cortiços, como o Cabeça de Porco (1893). Atualmente, o discurso é outro. “As “unidades pacificadoras” têm como referência de origem a experiência de policiamento comunitário afirmado em experiências nos EUA – sendo Boston a principal referência; Medellín e Bogotá, dentre outras cidades (SILVA, 2010, p.10). A invasão do território pelas forças policiais se dá, primeiro, por meio do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que, em geral, não tem sofrido resistência dos grupos criminosos. Após este processo, em um segundo momento, o Exército sobe o território, muitas vezes acompanhado de outras forças de segurança, e estabelece uma unidade com número variável de policiais. “O comando é entregue a um capitão da Polícia Militar e os soldados são recém incorporados à instituição, como um meio de evitar vícios e redes de corrupção tradicionalmente existentes na Polícia Militar”. (SILVA, 2010, p.10)

Segundo o Portal das UPPs, o programa das foi elaborado com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. O estado do Rio de Janeiro já recebeu 38 UPPs. A polícia pacificadora conta com um efetivo atual de 9.543 policiais. Esse quantitativo deve chegar a 12,5 mil. As UPPs em operação abrangem aproximadamente 264 territórios.²⁵

²⁵ Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Acesso em: 30 de dezembro de 2015

De acordo com o previsto no Decreto nº. 42.787, de 06 de janeiro de 2011, as UPPs, foram criadas para “execução de ações especiais concernentes à pacificação e à preservação da ordem pública, destinam-se a aplicar a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação”²⁶.

Segundo o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), as UPPs são criadas em áreas determinadas pelo governo do estado com base em critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Segurança. Entre os tópicos considerados estão as comunidades pobres, com baixa penetração do Estado e alto grau de informalidade, dominadas total ou parcialmente por facções relacionados ao tráfico de drogas e ao armamento ostensivo. O objetivo é consolidar o controle estatal nestas comunidades, por meio do discurso de inclusão e desenvolvimento econômico²⁷.

No dia 16 de novembro de 2015, o ISP-RJ publicou em seu site o Balanço dos Indicadores da Política de Pacificação (2007-2014). O documento foi assinado pelo governador do estado, Luiz Fernando Pezão, pelo secretário de segurança, José Mariano Beltrame e pela diretora-presidente do ISP-RJ, Joana Monteiro. O documento considera taxas e números de 2007, um ano antes do início do programa, até o final de 2014. Foram selecionados apenas indicadores relacionados à letalidade violenta e à atividade policial.²⁸

Segundo o relatório, do primeiro semestre de 2009 ao segundo semestre de 2014, a população contemplada por UPPs no Rio de Janeiro aumentou de 100 mil para 500,5 mil. A maior parte das comunidades ocupadas se concentra na Zona Sul da cidade. Ainda de acordo com o relatório, a taxa de homicídios dolosos no município em 2007, quando ainda não havia UPP, era de 38 vítimas por 100 mil habitantes. Em 2008, primeiro ano com o programa, o índice caiu para 33 vítimas por 100 mil habitantes. Em 2009 o número voltou a subir, atingindo 35 vítimas por 100 mil habitantes. Em 2010, 2011 e 2012 a curva diminuiu. Em 2013 subiu de 19 para 21 vítimas por 100 mil habitantes. Contudo, em 2015, voltou a 19 vítimas por mil habitantes.²⁹

²⁶ Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DecretoSeseg42.787Upp.pdf. Acesso em 30 de dezembro de 2015

²⁷ Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=62>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015

²⁸ Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/BalancodeIndicadoresdaPoliciadePacificao2015.pdf. Acesso em: 30 de dezembro de 2015

²⁹ Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/BalancodeIndicadoresdaPoliciadePacificao2015.pdf. Acesso em: 30 de dezembro de 2015

O relatório indica ainda que as taxas de homicídio decorrentes de intervenção policial também passaram por variações. Vale ressaltar que estes números desconsideram os autos de resistência. Sendo assim, a curva mostra uma queda constante de 2007, quando teve um pico 14,8 vítimas por 100 mil habitantes, até 2014, com 3,8 vítimas por 100 mil habitantes.³⁰

Em áreas de UPP também foi registrada queda da taxa de homicídio doloso, com exceção do ano de 2012, e de homicídios decorrentes de invasão policial, desconsiderando autos de resistência. O documento também afirma que houve decréscimo nas taxas de homicídio decorrente de intervenção policiais em áreas de UPP entre 2007 e 2014. Por outro lado, as taxas de ocorrências em flagrantes em áreas de UPP aumentou neste mesmo período.³¹

Em contrapartida, a Anistia Internacional produziu, em 2015, o relatório “Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro”. O documento apresenta uma investigação exclusiva sobre execuções extrajudiciais, homicídios e outras violações de direitos humanos praticados pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, como pontua a Anistia Internacional. O relatório de baseia em dados ocorridos entre 2014 e 2015 na capital, em especial na favela de Área Integrada de Segurança Pública (AISP) 41, que inclui a favela de Acari, onde, em julho de 1990, foi registrado o desaparecimento de 11 jovens que nunca foram encontrados. O episódio ficou conhecido como “A chacina de Acari”.³²

Outro ponto levantado pelo documento diz respeito às mortes de jovens negros no país. Segundo a Anistia Internacional, em 2012 o Brasil foi o país líder em homicídios, registrando 56 mil casos, sendo que mais de 50% das vítimas estavam na faixa etária de 15 a 29 anos e, destes, 77% eram negros. O documento aponta ainda que, “das 1.275 vítimas de homicídio decorrente de intervenção policial entre 2010 e 2013 na cidade do Rio de

³⁰ Disponível em:

http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/BalancodeIndicadoresdaPoliciadePacifizacao2015.pdf. Acesso em: 30 de dezembro de 2015

³¹ Disponível em:

http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/BalancodeIndicadoresdaPoliciadePacifizacao2015.pdf. Acesso em: 30 de dezembro de 2015

³² Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

Janeiro, 99,5% eram homens, 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos”³³. A respeito deste ponto, a Anistia Internacional comenta:

Frequentemente, o discurso oficial culpa as vítimas, já estigmatizadas por uma cultura de racismo, discriminação e criminalização da pobreza. Parte significativa da sociedade brasileira legitima essas mortes. O sistema de Justiça Criminal perpetua essa situação, uma vez que raramente investiga abusos policiais. Quando alguém morre em decorrência de uma intervenção policial, a Polícia Civil faz um Registro de Ocorrência (RO) e abre um procedimento administrativo para determinar se o homicídio ocorreu em legítima defesa ou se um processo criminal se faz necessário. Na prática, o registro de “auto de resistência” dificulta investigações imparciais e independentes que poderiam determinar se o uso da força letal foi legítimo, necessário e proporcional. Ao descrever todas as mortes pela Polícia em serviço como o resultado de um confronto, as autoridades culpam a vítima por sua própria morte. Geralmente, declarações de policiais envolvidos nesses casos descrevem contextos de confronto e de troca de tiros com suspeitos de crimes. Essas versões tornam-se o ponto de partida das investigações. Quando a Polícia registra que a vítima teria ligações com grupos criminosos, a investigação procura corroborar o testemunho do policial de que a morte ocorreu em legítima defesa. (Anistia Internacional).³⁴

Ainda de acordo com o relatório, entre 2005 e 2014, foram registrados 8.466 casos de homicídio decorrente de intervenção policial no estado do Rio de Janeiro; sendo 5.132 casos apenas na capital. De acordo com a Anistia Internacional, apesar da queda observada a partir de 2011, foi verificado um aumento de 39,4% entre 2013 e 2014. O relatório conclui que o número de pessoas mortas pela Polícia representa uma ampla parcela do total de homicídios. “Em 2014, por exemplo, os homicídios praticados por policiais em serviço corresponderam a 15,6% do número total de homicídios na cidade do Rio de Janeiro”, diz o documento.³⁵

A Anistia Internacional checou o andamento de todas as 220 investigações de homicídios decorrentes de intervenção policial no ano de 2011 na cidade do Rio de Janeiro, e descobriu que apenas um caso foi denunciado. Isso significa que, até abril de 2015, 183 investigações seguiam em aberto. A Anistia Internacional também descobriu que as investigações são frequentemente prejudicadas devido à alteração das cenas dos crimes, que se dá, entre outros, por meio da remoção do corpo da vítima sem a diligência

³³ Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

³⁴ Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

³⁵ Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

apropriada ou da inserção de falsas evidências criminais, como armas e outros objetos forjados junto ao corpo. No relatório, a Anistia Internacional afirma que nos casos em que a vítima é suspeita de ter relação com o tráfico de drogas, “a investigação geralmente foca em seu perfil criminal a fim de legitimar aquela morte em vez de determinar as circunstâncias do homicídio”. Outra crítica da Anistia Internacional é que as testemunhas de homicídios por parte da Polícia raramente vão prestar depoimento por medo de retaliações. “As fragilidades nos programas de proteção às testemunhas e a falta de segurança efetiva para defensores de direitos humanos em risco contribuem para os altos índices de impunidade e a ausência de investigações adequadas”, expõe o documento.³⁶

No âmbito internacional, existem dois documentos de referência da ONU que regulam o uso da força por parte de agentes de segurança pública: “Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da Lei” e “Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da Lei”. Normas internacionais preveem que as autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei devam fazer uso da força somente quando não existam outros meios hábeis a atingir o objetivo legítimo. Além disso, o nível de força aplicada deve ser proporcional à seriedade do dano que se pretende evitar e elaborado de forma a minimizar prejuízos e lesões. Agentes devem utilizar armas de fogo apenas como último recurso, ou seja, quando estritamente necessário para autodefesa ou em defesa de terceiros contra ameaça iminente de morte ou lesões graves. Os Estados devem garantir que seus agentes – notadamente policiais – respeitem o direito à vida, assim como protejam a vida quando ela estiver ameaçada por terceiros. A falha do Estado em investigar devidamente os casos de mortes resultantes do uso da força de seus agentes é uma violação do direito à vida de igual forma (Anistia Internacional)³⁷

O relatório traz um espaço reservado para a análise da atuação das UPPs nas favelas do Rio de Janeiro. Segundo a Anistia Internacional, foram registradas 20 mortes decorrentes de intervenção policial em áreas de UPP em 2014, o que equivale a uma redução de 85%, se comparado ao número registrado em 2008, que foi de 136 vítimas. “Apesar desses avanços, ainda há inúmeras denúncias de abusos por parte dos policiais militares dessas unidades, incluindo uso desnecessário e excessivo da força e execuções extrajudiciais”, pontua o relatório.³⁸

³⁶ Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

³⁷ Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

³⁸ Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

Os autos de resistência e os homicídios decorrentes de intervenção policial também foram analisados pela Anistia Internacional.

Quando uma pessoa é morta em consequência de intervenção policial (militar ou civil), o caso, quando é levado ao conhecimento do poder público, resulta em um registro de ocorrência tipificado como “homicídio decorrente de intervenção policial”, também chamado de “auto de resistência”. A autoria do homicídio, nessas situações, é conhecida e o próprio policial efetua o registro com uma autoridade na Polícia Civil. Assim, os “autos de resistência” são registros administrativos de ocorrência realizados pela Polícia Civil, que faz uma classificação prévia do homicídio praticado por policiais, associando-o a uma excludente de ilicitude: legítima defesa do policial. Essa figura jurídica remonta à época da ditadura militar (1964-1985), quando as torturas, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, ocultações de cadáveres e prisões ilegais eram instrumentos de uma estratégia de Estado voltada para a supressão da dissidência política. Esse registro policial administrativo é baseado em duas disposições legais. De um lado, o Código de Processo Penal brasileiro (CPP), em seu Artigo 292, permite o emprego da força pelos policiais no caso de resistência ou tentativa de fuga do preso. De outro, o Artigo 25 do Código Penal dispõe que não há crime quando o autor o pratica em legítima defesa (Anistia Internacional)³⁹

O relatório também traz dados sobre a violência na cidade do Rio de Janeiro. Entre 2005 e 2014, 8.466 pessoas morreram em decorrência de intervenção policial no estado: 5.132 na capital, 2.070 na Baixada Fluminense, 895 na Grande Niterói e 369 no interior do estado. Comparando estes números com o total de mortes intencionais violentas decorrentes de intervenção policial entre 2010 e 2014, a Anistia Internacional observou que, em 2010, 21,88% das mortes foram violentas e intencionais. Em 2011, esse valor caiu para 15,80%, indo para 15,65% em 2012 e, depois, para 13,78% em 2013. Para, em 2014, subir para 15,55%.⁴⁰

Apesar de parecer o melhor dos mundos de acordo com os dados oficiais do governo, o projeto é questionado por instituições e organizações, por meio de debates e estudos, como o já citado relatório da Anistia Internacional. Contudo, a imagem positiva que a UPP parece ter é fortemente associada ao apoio da mídia, como expõe Vera Malaguti. “As UPPs viraram um macabro consenso, através de um intenso bombardeio midiático. Aliás, como peça publicitária é muito bem feito”. (BATISTA, 2011, p.11).

³⁹ Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

⁴⁰ Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

Também chama a atenção o local escolhido para a entrada das forças militares. Para a autora, o fato de as Unidades de Polícia Pacificadora serem restritas às favelas, aponta para a preocupação com os eventos desportivos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. “Com isso queremos frisar que as UPPs aprofundam as desigualdades e segregações socioespaciais do Rio de Janeiro. (BATISTA, 2011, p.2)

2.4 UPP no Pavão Pavãozinho⁴¹

O complexo do Cantagalo, Pavão, Pavãozinho, localizado entre Copacabana e Ipanema, é dividido em 10 subterritórios, como se fossem bairros dentro das favelas, sendo eles Nova Brasília, Buraco Quente, Quebra Braço, Terreirão, Cantagalo, Pavãozinho, Pavão, Serafim, Caranguejo e Vietnã. O morro do Cantagalo nasceu no início do século XX e começou a crescer a partir de 1940, com a chegada de migrantes mineiros e do interior do estado do Rio de Janeiro. A partir de então foi-se formando o complexo Cantagalo, Pavão, Pavãozinho.

Inaugurada no dia 23 de dezembro de 2009, a Unidade abrange as comunidades do Pavão, Pavãozinho e do Cantagalo e conta com tropa de 189 policiais militares sendo mais de 10 mil moradores. Atualmente, a UPP é comandada por Vinícius Apolinário de Oliveira. O principal acesso às comunidades é a Ladeira Saint Roman, em Copacabana.

A Unidade está situada favela do Cantagalo, ao lado do Espaço Criança Esperança, onde também funciona um núcleo do AfroReggae. Ao todo, 127.953 m² e mais de 10.330 pessoas são contemplados pela UPP, que abrange os bairros de Ipanema e Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro. As ocorrências são registradas na 13^a e 14^a Delegacia de Polícia e os policiais que atuam nas comunidades são provenientes do 19^o e 23^o Batalhão de Polícia Militar.

⁴¹Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-interna/Pav%C3%A3o-Pav%C3%A3ozinho%20%7C%20Cantagalo>. Acesso em: 1 de março de 2016

3 O Globo Online e Favela 247: Análise Editorial

Para este trabalho foram selecionados dois veículos online e, portanto, de circulação nacional que realizaram a cobertura completa da morte do dançarino Douglas Rafael Silva, o DG, assassinado por policiais militares da UPP Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, em 22 de abril de 2014.

Em seu site, o jornal o Globo defende isenção, correção e agilidade como atributos da informação de qualidade. O jornal faz parte das Organizações Globo, que, hoje, lideram o mercado de comunicação e entretenimento no Brasil. Fazem parte do Grupo, a televisão, o rádio e uma produtora de filmes. Em seu site, o jornal assume compromissos com sua política editorial.

Na apuração, edição e publicação de uma reportagem, seja ela factual ou analítica, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. O contraditório deve ser sempre acolhido, o que implica dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerarem convenientes (O Globo Online)⁴²

O Jornal O Globo também afirma que:

Não pode haver assuntos tabus. Tudo aquilo que for de interesse público, tudo aquilo que for notícia, deve ser publicado, analisado, discutido⁴¹. Sobre denúncias e acusações, o jornal se posiciona da seguinte forma: “Denúncias e acusações, feitas em entrevistas por pessoas devidamente identificadas, que desfrutem de credibilidade, seja pelo cargo que ocupam, seja pela história de vida, podem ser publicadas, sem investigação própria, mas, necessariamente, acompanhadas pela versão dos acusados, de preferência no mesmo dia, quando estes se dispuserem a falar. Denúncias feitas em entrevistas por pessoas sem credibilidade, como criminosos, por exemplo, mesmo se identificadas, devem ser exaustivamente investigadas, antes de ser publicadas. (O Globo Online)⁴³

Sobre o anúncio de que determinada pessoa é criminosa, a empresa garante que:

Uma reportagem pode legitimamente apresentar uma pessoa como suspeita de crime ou irregularidade quando a suspeição partir oficialmente de alguma autoridade pública e estiver registrada em documento ou entrevista. O anúncio oficial de que alguém é suspeito de

⁴² Disponível em: <http://oglobo.globo.com/principios-editoriais>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016

⁴³ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/principios-editoriais>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016

crime ou irregularidade é um fato, que pode ser registrado dependendo de sua relevância para a sociedade. Ao jornalista, cabe informar sobre o estágio em que se encontram as investigações, devendo sempre cobrar os indícios que levaram a autoridade a sustentar suas suposições, publicando-os, acompanhados da versão da pessoa acusada, se ela se dispuser a falar. Se a autoridade errar e culpar um inocente, o fato deve ser publicado com o mesmo destaque, e a polícia deve ser cobrada por seus erros. (O Globo Online)⁴⁴

Vale ressaltar mais uma vez que esta é política editorial não apenas do Jornal O Globo, mas também das Corporações Globo, o que faz com que os programas de rádio, televisão e documentários jornalísticos também estejam contemplados por essas máximas.

Nas redes sociais, o Jornal O Globo conta com 4.465.923 seguidores no Facebook⁴⁵, 4.011.977 seguidores no Twitter⁴⁶ e 1.900.181 seguidores do Google+⁴⁷. Tomando como base o Facebook, que, até o momento desta análise, é a rede social com mais alcance, foram feitos, entre 22 de abril de 2014 e 17 de janeiro de 2015, cinco posts sobre a morte de Douglas Silva.

O Portal Favela 247 faz parte do Grupo Brasil 247, que conta também com portais individuais para cada estado. O veículo é exclusivamente online e foi inaugurado no dia 13 de março de 2011. Em seu site, o portal não disponibiliza sua política editorial. Em entrevista, o editor chefe do Favela 347, Artur Voltolini, esclareceu que o portal é dedicado exclusivamente à cobertura dos territórios populares do Rio de Janeiro. “Nosso objetivo principal é dar voz aos moradores desses territórios, para eles falarem sobre suas experiências e percepções sem intermediários. Também republicamos notícias criadas por mídias alternativas desses territórios, dando projeção nacional para o conteúdo”, explicou Artur, completando com a informação de que, em casos muito pontuais, o portal republica reportagens da mídia tradicional. “Nós do Favela 247 também fazemos nossas próprias coberturas, sempre atentos para desconstruir preconceitos e mitos sobre os territórios populares e seus moradores”, finalizou.

Nas redes sociais, o Favela 247 está presente no Facebook e no Twitter. No primeiro, conta com 15.595 seguidores⁴⁸ e, no segundo, com 1.247⁴⁹. Entre 23 de abril de

⁴⁴ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/principios-editoriais>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016

⁴⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/jornaloglobo>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016, às 18h37

⁴⁶ Disponível em: <https://twitter.com/jornaloglobo>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016, às 18h39

⁴⁷ Disponível em: <https://plus.google.com/+JornalOGlobo>. Acesso em 17 de janeiro de 2016, às 18h40

⁴⁸ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/favela247>. Acesso em 17 de janeiro de 2016, às 19h11

⁴⁹ Disponível em: <https://twitter.com/favela247>. Acesso em 17 de janeiro de 2016, às 19h11

2014 e 11 de fevereiro de 2015, foram publicadas no Facebook, 16 postagens sobre a morte de Douglas.

4 Caso DG: contextualizando o objeto de estudo

Douglas Rafael Silva tinha 26 anos quando foi assassinado por policiais militares no Morro do Pavão-Pavãozinho na madrugada de 22 de abril de 2014, uma terça-feira. O dançarino do Programa Esquenta, apresentado por Regina Casé na Rede Globo, fazia parte do grupo Bonde da Madrugada, que, na época, já se apresentava há 10 anos pelos bailes funk das favelas do Rio, em especial no Cantagalo e no Pavão-Pavãozinho. Os integrantes do grupo, amigos há 15 anos, continuaram com o Bonde da Madrugada após a morte de Douglas.

Douglas foi encontrado morto dentro de uma creche na comunidade do Pavão-Pavãozinho. A polícia militar chegou a afirmar que a morte do dançarino se deu devido à uma queda, quando Douglas pulou o muro da creche. Esta informação foi desmentida pelos laudos, que atribuíram a causa da morte ao tiro disparado pela PM, que alvejou as costas de Douglas e saiu pelo ombro. Segundo o laudo do Instituto Médico Legal, a causa da morte foi uma hemorragia interna decorrente de laceração pulmonar decorrente de ferimento transfixante do tórax, ação perfuro-contundente. Mais tarde, confirmou-se que o objeto perfuro-contundente que matou Douglas foi uma bala de arma de fogo. A bala, contudo, nunca foi encontrada. A Anistia Internacional editou uma nota pública⁵⁰ sobre as mortes de Douglas e Edilson Silva dos Santos, de 27 anos, amigo do dançarino. Ele, que era deficiente mental e foi criado como irmão de Douglas, morreu durante os protestos decorrentes do assassinato de DG, com um tiro no rosto disparado pela PM.

O texto cobra “uma investigação célebre e independente das duas mortes”. A Anistia Internacional também pediu que houvesse mudanças estruturais na organização das polícias.

O dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, de 26 anos, foi encontrado morto na comunidade, no início da tarde do dia 22. Embora a morte tenha acontecido de madrugada, policiais cercaram a creche onde estava o corpo durante todo o dia e há denúncias de que a cena do crime foi adulterada. No protesto que se seguiu à morte de Douglas, Edilson Silva dos Santos, de 27 anos, foi morto com um tiro no rosto. Ele estava desarmado, junto com outros moradores, no protesto que estava sendo

⁵⁰ Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/mortes-na-favela-pavao-pavaozinho-devem-ser-totalmente-esclarecidas-e-autores-responsabilizados/> Acesso: 17 de janeiro de 2016

monitorado por policiais munidos de arma de fogo. (Anistia Internacional)⁵¹

À época, o advogado da família, Rodrigo Mondego, disse, em entrevista ao Jornal do Brasil⁵², que o corpo apresentava, além da marca de um tiro nas costas, sinais de tortura. Mondego chegou a afirmar que o lábio de Douglas estava escuro, o que pode ser um indício de afogamento ou sufocamento. Durante o velório, a mãe de Douglas também afirmou que os documentos e a carteira do filho foram devolvidos molhados e que o corpo apresentava marcas de botas.

À época, a polícia militar contestou estes fatos. A PM negou as acusações e alegou que as escoriações seriam decorrentes da queda do muro. Sobre a água, que molhou os documentos de Douglas, e que poderia indicar o afogamento citado pelo advogado, a PM afirmou acreditar que DG teria passado por algum lugar molhado ou até mesmo se urinado, conforme noticiou o Jornal do Brasil⁵³.

Douglas cresceu na favela do Cantagalo, mas alguns anos antes de ser assassinado, havia se mudado para Ipanema com a mãe. Contudo, sua ex-mulher e a filha, de quatro anos, ainda moravam no Pavão-Pavãozinho. No dia em que foi assassinado, segundo a família do rapaz, ele tinha ido ao morro visitar a filha. De acordo com a Polícia Civil, na manhã de 21 abril de 2014, a UPP da região recebeu uma denúncia anônima de que Adauto Nascimento Gonçalves, o Pitbull, chefe do tráfico na favela, estaria escondido em uma casa verde na parte alta do morro. De acordo com os policiais teve início, na madrugada do dia 22 de abril, a operação para prisão de Pitbull. Nove PMs se dirigiram ao local e teriam sido alvo de tiros disparados por olheiros do tráfico. Nesse ponto, o grupo teria se dividido e três entraram no prédio, enquanto seis permaneceram na parte de baixo. A partir daí os depoimentos se contradizem

Segundo reportagem publicada pelo G1⁵⁴, Marcio Vieira Correa, o policial primeiro a entrar no prédio, afirmou que, ao chegar à varanda do quinto andar viu três homens correndo nas lajes da favela. Segundo Marcio, os homens seriam os traficantes Pitbull,

⁵¹ Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/mortes-na-favela-pavao-pavaozinho-devem-ser-totalmente-esclarecidas-e-autores-responsabilizados/> Acesso em: 17 de janeiro de 2016

⁵² Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/04/24/revolta-no-enterro-de-douglas-querem-conferir-o-que-fizeram-meu-filho-morreu/> Acesso: 17 de janeiro de 2016

⁵³ Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/04/24/revolta-no-enterro-de-douglas-querem-conferir-o-que-fizeram-meu-filho-morreu/> Acesso: 17 de janeiro de 2016

⁵⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2015/03/policia-indicia-policial-de-upp-pela-morte-do-dancarino-dg-ha-dez-meses.html> Acesso: 18 de janeiro de 2016

Duda Mel e Thiaguinho e dispararam tiros que atingiram um dos transformadores, deixando grande parte do Pavão-Pavãozinho sem luz.

Já o soldado Walter Saldanha Correa Júnior, que ficou do lado de fora, afirmou à reportagem que viu o vulto de uma pessoa vestindo blusa listrada pular do prédio, ultrapassando o muro que divide a quadra e outras casas do morro. Ainda segundo a reportagem, um relatório da PM informa que Walter Saldanha efetuou cinco disparos com uma pistola. Segundo o soldado, esses tiros foram dados enquanto os outros policiais tentavam atravessar a quadra e se aproximar do prédio onde estavam os traficantes. Walter Saldanha declarou ainda que nenhum dos seis policiais atiraram na direção do vulto. Ele manteve a versão ao ser ouvido novamente uma semana depois do crime. No entanto, outro policial que ficou do lado de fora, Walter Guilherme Valadão, admitiu ter ouvido tiros, mas não soube precisar quem fez o disparo.

Douglas também trabalhava como mototaxista na favela. Segundo Rodrigo Mondego afirmou ao Jornal do Brasil, a partir daí começaram os desentendimentos com a polícia. O advogado afirmou que a família da vítima contou que Douglas reclamava da insistência de alguns policiais em abordá-lo quando ele estava pilotando. Ainda segundo Mondego, houve uma vez em que o motor da moto apareceu com areia e, em outra ocasião, a moto sumiu. De acordo com o advogado, Douglas costumava enfrentar os policiais nessas abordagens, mas não chegou a procurar a moto por medo de represálias à sua família, como pontua a reportagem⁵⁵.

Ainda segundo a reportagem do G1⁵⁶, o laudo produzido após a reprodução simulada do crime concluiu que DG estaria no quinto andar do prédio e desceu para o quarto andar após a chegada da polícia. Ele teria pulado uma janela e ficado sobre o beiral, de onde teria saltado para o muro em frente. Ao ultrapassar o muro, teria chegado à laje da creche-escola Meninos de Luz. Depois, pulado para o telhado da creche-escola Lar de Pierina. A vítima, então, teria descido o telhado e ido até o fim do corredor lateral esquerdo da creche, onde foi encontrado morto. Os peritos levantaram três possibilidades em relação ao exato momento em que DG foi baleado. Apenas a considerada “mais provável” foi divulgada, e diz que Douglas foi atingido quando se escondia ao se posicionar sobre o beiral, com a barriga voltada para a parede. Nesta hipótese, o atirador estaria na Avenida

⁵⁵ Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/04/23/caso-douglas-foi-a-gota-dagua-diz-especialista-em-seguranca-publica/>. Acesso: 18 de janeiro de 2016

⁵⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2015/03/policia-indicia-policial-de-upp-pela-morte-do-dancarino-dg-ha-dez-meses.html> Acesso: 18 de janeiro de 2016

Pavão-Pavãozinho, ou seja, onde ficaram os seis policiais do lado de fora do prédio. Os peritos também afirmaram e que o tiro foi disparado de baixo para cima. O único policial que ficou do lado de fora e que fez disparo de pistola foi o soldado Walter Saldanha Correa Júnior.

O prédio onde Douglas estava tinha cinco andares, e, segundo a polícia, os três primeiros eram residenciais enquanto os dois últimos seriam de propriedade do tráfico de drogas. Essa versão não foi confirmada por nenhum morador. Se a hipótese da polícia estiver correta, ele percebeu o conflito e foi para o quarto andar, onde havia uma janela que dava acesso ao muro da creche. Ao tentar escapar, ele foi atingido e se jogou de uma altura de sete metros, batendo em uma caixa d'água. Depois de pular dois muros, ele tentou descer as escadas, mas não resistiu e caiu. Do prédio ao local onde o corpo foi encontrado a distância é de 40 metros.

Dez meses depois do assassinato, que teve repercussão na mídia internacional, a Polícia Civil indiciou Walter Saldanha pelo crime de homicídio doloso. Além de Walter outros seis policiais foram indiciados por falso testemunho e prevaricação, mas não foram presos. Destes, cinco participaram na operação e dois não teriam preservado a cena do crime após o corpo ser encontrado. Na época, o delegado justificou dizendo que cinco policiais eram novos e inexperientes e se fecharam em uma mentira e os demais tinham pouco tempo na UPP e não conheciam o território. No dia 26 de maio de 2015, a justiça concedeu *habeas corpus* a Walter Saldanha que continua respondendo em liberdade.

O Relatório da Anistia Internacional, “Você matou meu filho”, lembrou o caso da morte de Douglas Silva.

Douglas Rafael Pereira da Silva, bailarino conhecido como DG, de 26 anos, foi encontrado morto dentro de uma creche na favela do Pavão-Pavãozinho, no bairro de Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro, depois de visitar sua filha de quatro anos, que morava no local. A investigação indicou que ele morreu por volta de 1h da manhã do dia 22 de abril de 2014, após ser atingido por disparo de arma de fogo durante uma operação policial. Seu corpo tinha uma perfuração no pulmão. De acordo com o exame de corpo de delito de necropsia, o projétil entrou pelas costas e saiu pelo ombro. A cena do crime foi alterada por policiais militares que permaneceram várias horas na creche. A comunidade descobriu que DG foi assassinado e iniciou um protesto. A repressão da Polícia Militar ao protesto resultou em mais uma vítima fatal. DG trabalhava em um programa de TV e era visto como um modelo para muitos jovens na favela. Sua morte provocou comoção local, especialmente entre os jovens, e diversas organizações da sociedade civil, inclusive a Anistia Internacional, se mobilizaram para exigir justiça.

Maria de Fátima, mãe de DG, chegou a afirmar: “Os moradores de comunidade têm mais medo da Polícia do que de bandido agora. Meu filho é mais uma vítima. Essa Polícia é treinada não para salvar, não para ajudar, mas para matar”. Ela relatou à Anistia Internacional ter sofrido ameaças devido a sua luta por justiça. Em março de 2015, a investigação foi concluída pela Polícia Civil. O Ministério Público denunciou um policial militar por homicídio e outros seis policiais por fraude processual. Em 10 de abril de 2015, o juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital (Rio de Janeiro) decretou a prisão preventiva do policial acusado de homicídio, mas, posteriormente, um habeas corpus foi concedido. (Anistia Internacional)⁵⁷

Como Douglas estaria no mesmo prédio em que os supostos traficantes estariam, levantou-se a hipótese de que ele teria “envolvimento com o tráfico de drogas”. As investigações, contudo, corroboraram as declarações da família e dos amigos dele e nada foi encontrado que pudesse incriminá-lo.

⁵⁷ Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2016

5 Sobre outsiders e vítimas virtuais

Antes de iniciar a análise das reportagens, é preciso esclarecer alguns conceitos importantes. Howard S. Becker define como *outsiders* aqueles que se desviam das regras determinadas dentro de um grupo. Podemos aplicar este conceito ao estudo da sociedade, tomando como *outsiders* aqueles que são colocados à margem de seus direitos. No caso deste trabalho, os moradores de favelas, as vítimas mais fáceis da violência policial no Rio de Janeiro.

“A concepção mais simples de desvio é essencialmente estatística, definindo como desviante tudo que varia excessivamente com relação à média” (HOWARD, 1991, p.18). Para o autor, o desvio “é, entre outras coisas, uma consequência das reações de outros ao ato de uma pessoa” (HOWARD, 1991, p.22). Sendo assim, tudo aquilo considerado desviante parte do julgamento e da definição daqueles se consideram ou que são considerados dominantes.

Contudo, como reforça Howard, o termo *outsiders* possui ainda um segundo significado. “Do ponto de vista da pessoa considerada desviante, podem ser aquelas que fazem as regras de cuja violação ela foi considerada culpada” (HOWARD, 1991, p.27). Isso porque as regras sociais são criadas por grupos sociais específicos e, dessa forma, “as sociedades modernas não constituem organizações simples em que todos concordam quanto ao que são regras e como elas devem ser aplicadas em situações específicas” (HOWARD, 1991, p.27).

Em outras palavras, a sociedade é heterogênea, constituída por indivíduos diferentes cujas características os encaixam em grupos sociais distintos e também heterogêneos. Dessa forma, as regras que deveriam ser compartilhadas por todos, não são, na maioria dos casos. “Os problemas que eles enfrentam ao lidar com seu ambiente, a história e as tradições que carregam consigo, todos conduzem à evolução de diferentes conjuntos de regra” (HOWARD, 1991, p.27). Sendo assim, “à medida que as regras de vários grupos se entrecrocaram e contradizem, haverá desacordo quanto ao tipo de comportamento apropriado em qualquer situação dada” (HOWARD, 1991, p.27).

Outro conceito importante para esta análise é o de vítima virtual. “O termo ‘virtual’ indica que o conceito inclui todo e qualquer indivíduo que, a partir de notícias sobre o sofrimento de estranhos, concebe suas rotinas de trabalho e lazer como perpassadas pela possibilidade de vitimização” (VAZ, 2009, p.53). Por outro lado, “o termo ‘vítima’ contém

duas ou três ideias relevantes na caracterização dessa subjetividade. Uma vítima é imediatamente percebida como inocente; seu sofrimento foi causado por algo ou alguém”. (VAZ, 2009, p.53).

Sendo assim, “a vítima virtual é o indivíduo qualquer que responsabiliza o Estado pelos sofrimentos existentes, não porque suas leis e práticas de prevenção favorecem determinados grupos sociais ou são modos de sustentar preconceitos, mas porque seus agentes são incompetentes e/ou corruptos” (VAZ, 2009, p.54).

É importante frisar, como diz Paulo Vaz, que a mídia tem grande relevância para a construção da subjetividade “não só porque tem a autoridade social para dizer o que acontece no Brasil e no mundo” (VAZ, 2009, p.59), como também “é por ser o lugar onde concepções de senso comum sobre responsabilidade são construídas, difundidas e solidificadas”(VAZ, 2009, p.59).

Neste ponto entra em análise a compaixão em relação ao sofrimento do outro, que, em caso de crimes noticiados pela mídia, é um sentimento construído pela maneira como a notícia é transmitida. “Os afetos envolvidos na identificação são a compaixão, o medo e a indignação. Esses afetos estão conectados uns aos outros; adicionalmente, eles envolvem crenças, notadamente, sobre a causalidade do sofrimento” (VAZ, 2009, p.59).

Sendo assim, “se porventura o observador acreditar que o sofrimento é insignificante, ele recusa a compaixão” (VAZ, 2009, p.59), mas, por outro lado, “observador pode se compadecer por alguém que não sabe que está sofrendo, como é o caso na atitude perante a ‘alienação’ de modo geral, seja em relação à loucura, seja na crítica marxista à ideologia” (VAZ, 2009, p.59). Decidir sobre a gravidade do sofrimento do outro é uma ação subjetiva, estimulada para interpretação dos fatos.

Contudo, se atentarmos para o nexos que está sendo proposto – a experiência midiaticamente produzida de ser vítima virtual legítima práticas autoritárias em relação a um outro que nos põe em risco – perceberemos que é na tolerância em relação à morte de indivíduos por policiais e na aceitação da superpopulação das prisões que nossa sociedade autoriza a violência do Estado. Essa tolerância já foi internalizada até por aqueles que vêm à público lamentar a morte de um parente pela polícia: para denunciar a injustiça, a frase usual é: “ele era trabalhador, não era bandido. (VAZ & SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p.72)

O processo de construção da reportagem passa pela apuração, escolha das fontes, entrevistas e seleção das declarações que serão incluídas no texto. Dessa forma, juntando toda a informação que coleta na reportagem, o leitor forma seu pensamento e é a partir daí

que desenvolve empatia pelos envolvidos. “A forma de pensar orientada pelo conceito de risco não irá só favorecer a identificação entre vítima e leitor; dificultará também a identificação com o criminoso” (VAZ & SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p.78).

Este conceito de risco é construído por meio de discursos comumente encontrados na mídia. “Um primeiro modo de construir discursivamente a monstruosidade está na declaração de que não devemos reagir a assaltos, pois os bandidos não dão valor algum à vida e estão dispostos a nos matar” (VAZ & SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p.78). Quando o assunto é o tráfico de drogas, “se o criminoso tem a face do traficante, sua imagem predominante é a do traficante anônimo que anda em bandos armados. Esse exército de jovens bárbaros e aparentemente entorpecidos parece não ter medo da morte e muito menos respeito à vida”(VAZ & SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p.79). Contudo, “quando ganha rosto, estamos diante do “chefão do tráfico”, espécie de “traficante-celebridade”, muito rico, poderoso – e frio” (VAZ & SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p.79).

Com isso, observa-se que, em termos da relação entre mídia e audiência, “as notícias sobre crime têm recentemente se endereçado à audiência de classe média como vítima virtual” (VAZ & SÁ-CARVALHO & POMBO, 2006, p.79).

Uma pesquisa realizada pelo CNPq da UFRJ observou a incidência dos termos tráfico, favela e droga – e sinônimos ou especificações, como Comando Vermelho, Morros, Cocaína, entre outros, na mídia. Foram coletadas 744 reportagens. A palavra “tráfico” apareceu em 4,9% das matérias e 33,5% das notícias citaram “favela”. Isso mostra que um terço das notícias associaram a imagem da favela ao tráfico de drogas, refletindo na população. Apenas 16% das reportagens que citaram as favelas não falam sobre tráfico.

Outra observação é que 40% das reportagens que citaram a palavra “tráfico” também falaram em “droga”. Os outros 60% associaram assaltos, tiroteios, blitz falsas e assassinatos ao tráfico, sem grandes evidências. “Ao desvincular ‘tráfico’ do comércio ilícito e lucrativo, desvincula-se também o comportamento do traficante das oportunidades ilícitas de ascensão social. Em outras palavras, este comportamento resultaria da monstruosidade dos seus autores” (VAZ, 2006, p.10).

A pesquisa também apontou que em 66% dos casos, a favela foi tratada como origem ou refúgio de criminosos e em 34% os favelados foram tratados como criminosos e vítimas ao mesmo tempo. Isso significa que, em nenhuma das reportagens, os moradores de favelas apareceram apenas como vítimas.

O quadro representado pela pesquisa mudou, ainda que pouco, após o projeto da UPP. Isso porque a grande mídia apoia a estratégia do Estado. Mas, ainda assim, “a cidade oficial sempre finge não ver a cidade excluída, esta mesma que se caracterizou pela ocupação ilegal do solo, decorrente da ausência de políticas públicas coerentes em matéria de produção do espaço urbano” (VAZ, 2006, p.82).

A tentativa de transmitir a imagem de favelas pacificadas se encaixa no conceito de “imagem-making”, que Raquel Paiva e Muniz Sodré definem como “fazer boa imagem da cidade para que os negócios prosperem” (PAIVA & SODRÉ, 2004, p.89). Dessa forma, todos os já conhecidos esteriótipos de juntam a imagem de um território livre da violência e conduzido pela moral militar, gerando um falso processo de gentrificação, apoiado pela mídia.

Revitalização urbana é a expressão vernacular para que os pós-modernistas chamam de ‘gentrification’. ‘Gentry’ significa, em inglês, gente boa, gente fina. ‘Gentrificação’ foi a palavra que alguns americanos encontraram para designar os processos de requalificação do espaço urbano operados por arquiteto-urbanistas, aliados a empresários e bens e serviços simbólicos, responsáveis pelo culturalismo de mercado. Neste tipo de operação, a cidade deixa de ser simplesmente lugar para ser designada por especialistas em urbanismo e sociólogos como “ator político” (PAIVA & SODRÉ, 2004, p.86)

Os autores também abordam o conceito de opinião dissimuladora. “Dissimular a realidade, representar a cidade como ‘maravilhosa’ faz parte da estratégia de gentrificação do Rio, que aspira sediar Jogos Olímpicos, conferências internacionais, etc” (PAIVA & SODRÉ, 2004, p.130)

6 Na mídia: Repercussão da morte de Douglas Silva n'O Globo Online e no Portal Favela 247

Para esta análise foram escolhidos três momentos da morte de Douglas, com abordagem comum aos dois veículos. O método de análise é baseado no conceito de *frame analysis* e *agenda setting*, de Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw. O primeiro momento apresentado neste capítulo é a morte e as manifestações do dia 22 de abril de 2014, seguida pela análise da cobertura do enterro e, por último, o programa especial do “Esquenta!” em homenagem a DG. "Embora a imprensa, na maior parte das vezes, possa não ser bem sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar" (McCombs e Shaw, 1972 In: Traquina, 2000, p.49).

6.1 Morte e manifestação

No dia 22 de abril de 2014, após o corpo de Douglas ter sido descoberto na creche, os moradores da comunidade se juntaram em um protesto, descendo do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo para as ruas de Copacabana. A manifestação foi duramente combatida pela Polícia Militar e, em meio ao confronto, outro morador da comunidade foi morto, dessa vez com um tiro na cabeça. Edilson da Silva era amigo de Douglas e portador de doenças mentais. Impedidos de descerem a favela, moradores deixaram o corpo de Edilson em um dos acessos, de onde seguiu para o IML e foi enterrado horas antes de Douglas.

O Globo Online iniciou a cobertura com notas curtas em tempo real. Essas notas foram apagadas e deram lugar a uma reportagem intitulada “Manifestação deixa um homem morto e fecha as ruas de Copacabana” e com o subtítulo “Conflito com PM começou após morte de dançarino, cujo corpo foi encontrado dentro de uma creche no Pavão-Pavãozinho”. A reportagem foi publicada no dia 22 de abril de 2014, às 18h20 e teve sua última alteração às 3h44 do dia 23 de abril de 2014.⁵⁸

Logo no lide a reportagem define a manifestação como “violento protesto”, “praça de guerra”, “confusão” e tumulto”. Antes de informar o motivo da manifestação, que foi a morte de Douglas, a matéria diz que “a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, uma das principais do bairro, teve o trecho entre as ruas Almirante Gonçalves e Sá Ferreira completamente interditado” e que houve “o fechamento do Túnel Sá Freire Alvim, da Rua Raul Pompeia, de lojas e de um dos acessos à estação do metrô da General Osório”, para

⁵⁸ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-deixa-um-homem-morto-fecha-ruas-de-copacabana-12266191>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016

só então informar sobre a morte de Douglas. O texto fala ainda que “inconformados”, os “moradores desceram para o asfalto e, acusando policiais da UPP de terem espancado Douglas, começaram o tumulto, por volta das 17h30m, provocando pânico na região e atrapalhando a volta para casa dos trabalhadores que não emendaram o feriadão”. A última informação do lide é que “parte da comunidade ficou sem luz”.⁵⁹

A primeira retranca, “Morte tem mais de uma versão”, começa com a afirmação de que, após a chegada do Batalhão de Choque e do Corpo de Bombeiros, “começou um intenso tiroteio dentro da comunidade”, sem dizer exatamente se tratava-se de um confronto ou de um ataque. O texto diz ainda que “centenas de moradores ficaram em ruas próximas à espera de uma trégua”, mas nenhum deles foi entrevistado. Em seguida, é informada a morte de Edilson, sem aprofundamento.⁶⁰

O texto apresenta, então, as duas hipóteses levantadas a princípio para a morte de Douglas. A primeira que, segundo o jornal, foi dada por amigos da vítima, diz que Douglas teria confrontado policiais acerca do desaparecimento de um amigo e teve sua moto apreendida sob a acusação de ser roubada. Ele teria reclamado e, por isso, sido levado para um local desconhecido. Sobre essa acusação, a reportagem diz que “a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), nega”. Sobre a segunda versão, a reportagem diz que “a UPP também não confirma a informação”. A hipótese seria que Douglas tentava fugir de um tiroteio entre traficantes e policiais quando pulou o muro da creche, “teria sido confundido com um bandido” e apanhou até morrer. O texto afirma que o corpo teria sido descoberto por policiais que “faziam a perícia do tiroteio” e que não possuía marcas de bala. Ainda segundo a reportagem, o laudo preliminar apontava “morte por queda”.⁶¹

Para contestar estas informações, ao invés de escutar fontes oficiais ligadas aos Direitos Humanos, a reportagem conversou com a mãe de Douglas, que deu seu parecer como enfermeira. Aos jornalistas ela teria dito que o corpo apresentava marca de botas e sinais de ferimento devido ao chapisco. Em seguida, ela acusou a UPP de ser arbitrária e pediu a punição dos assassinos. Maria de Fátima também contestou o desaparecimento de 800 reais e dos documentos de Douglas. Segundo a reportagem, os documentos estavam na delegacia e estavam molhados. A primeira retranca termina dizendo que Douglas tinha

⁵⁹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-deixa-um-homem-morto-fecha-ruas-de-copacabana-12266191>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016

⁶⁰ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-deixa-um-homem-morto-fecha-ruas-de-copacabana-12266191>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016

⁶¹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-deixa-um-homem-morto-fecha-ruas-de-copacabana-12266191>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016

uma filha de quatro anos que morava com a mãe e tinha duas passagens pela polícia. “Uma como usuário de drogas, em 2011, quando foi detido com entorpecentes em sua moto” e a segunda “por lesão corporal, pela Lei Maria da Penha, em 2010”, para só então esclarecer que na primeira prisão, a droga seria para consumo próprio. Para esta informação, o termo usado foi “confessou”, expressão normalmente usada para confirmar atos criminosos.⁶²

A segunda retranca desta matéria, “Tiros, vandalismo e barulho de explosão”, começa dizendo que o barulho dos confrontos, que aconteciam dentro da comunidade, assustaram os moradores “de Copacabana”. Foram ouvidos moradores do bairro nobre do Rio de Janeiro, sob a justificativa que “o medo era visível no rosto dos moradores”. Nenhum morador da favela foi escutado pela reportagem. A primeira entrevistada, identificada como Lúcia Salles, de 70 anos, estava “estarecida com os acontecimentos da noite” e comparou o episódio com “as cenas do Iraque que vejo na TV”. Thiago Verly, outro morador escutado pela reportagem do Globo Online, disse que “a confusão foi generalizada” e que, quando viu a manifestação, que desceu da favela para o asfalto, pensou que “fosse um ataque contra todo mundo que estava na rua, tipo um arrastão” e saiu correndo para um hostel. Marcos Quintes, outra fonte escutada pelo jornal online, classificou o fato como “estarecedor” e declarou que “o comércio fechou as portas dizendo que o morro estava descendo” e que “os turistas acompanhavam pela TV do hotel e não acreditavam que aquilo acontecia ali do lado”. Por último, Tony Teixeira, presidente da Associação de Moradores de Copacabana, disse que “foi lastimável que isso tenha acontecido, pois estamos em uma semana de feriadão e o bairro estava completamente tomado por turistas”. Ele disse ainda que “Infelizmente, pessoas inocentes pagam o pato nesta guerra entre a polícia e o tráfico. Precisamos, de fato, transformar a favela e bairro. Isso se a gente quiser parar de enxugar gelo”.⁶³

A terceira retranca da reportagem, “Menino de 12 anos teria sido baleado”, traz em destaque uma informação que não foi confirmada pela polícia ou pelos moradores, e sim, dada por cozinheiro que “viu um menino de 12 anos descer a Ladeira Saint Romain baleado”. A especulação é introduzida com um panorama do trânsito e a informação de que os motoristas estavam apreensivos, sem entrevistar nenhum deles. O texto diz que “a

⁶² Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-deixa-um-homem-morto-fecha-ruas-de-copacabana-12266191>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016

⁶³ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-deixa-um-homem-morto-fecha-ruas-de-copacabana-12266191>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016

correria de moradores do asfalto, que voltavam para casa, e os da favela, que desciam o morro fugindo do tiroteio, disseminou uma sensação de insegurança”. A última informação da retranca é a de que nenhuma fonte oficial confirmou a morte ou o ferimento de uma pessoa com as características descritas pelo cozinheiro.⁶⁴

A última retranca, “Conflitos em tempos de pacificação”, diz que “o tumulto” não teria sido o primeiro “incidente violento” nas comunidades do Complexo. Vinte dias antes, os moradores teriam protestado contra a morte de dois homens, que a reportagem logo informa que “segundo a PM, um deles seria traficante”. Alguns dias depois, uma série de tiroteios teriam acontecido nas favelas. Por fim, o texto informa que “No dia 18 de janeiro, parte do comércio de Ipanema fechou, num luto forçado pela morte do traficante Patrick Costa dos Santos” e diz que o Complexo está “pacificado” desde 2009.⁶⁵

Os primeiros momentos após a descoberta do corpo de Douglas também foram acompanhados pelo portal Favela 247. A matéria, replicada da Agência Brasil, ganhou título e um subtítulo-resumo escritos pelo editor Artur Voltolini. Não irei me ater apenas ao que foi escrito pelo portal porque entendo que, a partir do momento que um veículo replica a reportagem de outro, está concordando com aquilo que foi escrito. A Agência Brasil é um portal de notícias da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que fornece conteúdo aberto para replicações em diversos sites. Contudo, darei especial atenção ao texto de autoria do portal que, apesar de pequeno, já mostra o posicionamento do Favela 247 em relação aos primeiros acontecimentos daquele 22 de abril.⁶⁶

O título escolhido pelo editor do Favela 247 foi “Morte de bailarino gera protestos em Copacabana”. A palavra “protesto” foi a única utilizada no trecho para se referir ao movimento liderado pelos moradores, que, no texto, também são chamados de “manifestantes”. A primeira informação do subtítulo localiza e data o início da manifestação. Em seguida, o portal explica que o motivo do protesto foi a descoberta do corpo de DG. O trecho ressalta, em seguida, que os moradores acusavam a PM de ter

⁶⁴ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-deixa-um-homem-morto-fecha-ruas-de-copacabana-12266191>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016

⁶⁵ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-deixa-um-homem-morto-fecha-ruas-de-copacabana-12266191>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016

⁶⁶ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137525/Morte-de-bailarino-gera-protestos-em-Copacabana.htm>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.

espancado Douglas após confundirem a vítima com um traficante e termina dizendo que a UPP negava a autoria do crime.⁶⁷

Em seguida, foi publicada a reportagem replicada da Agência Brasil, com o título “Protesto em Copacabana por morte de dançarino interdita principais vias”. A matéria é curta e direta. Logo no lide, encontra-se a informação de que algumas ruas de Copacabana estavam interditadas na altura da comunidade devido ao protesto de moradores pela morte de DG. Destaca-se o uso da palavra “protesto”, em concordância ao utilizado pelo portal Favela 247 em sua introdução. Em seguida, a reportagem da Agência Brasil informa como o protesto estava sendo conduzido, explicando que os moradores da comunidade atearam fogo a objetos e montaram barricadas em alguns pontos das vias de acesso. O lide se encerra com a informação de que o acesso da Rua Sá Ferreira ao metrô estaria interditado.⁶⁸

No parágrafo seguinte, a morte de Douglas é situada para os leitores. A reportagem explica que o corpo da vítima foi localizado por policiais da UPP em uma escola municipal. Douglas é apresentado como morador do Pavão-Pavãozinho e dançarino de “um programa de auditório da Rede Globo”. O texto traz a versão da PM de que a polícia foi chamada por moradores para “retirar um corpo encontrado dentro da escola, que não tinha sinais de bala”.⁶⁹

Encerrando a matéria, a Agência Brasil, citando a Justiça Global e a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, expõe a versão dos moradores, que denunciaram às ONGs que Douglas teria morrido após ser espancado por policiais da UPP durante a madrugada.⁷⁰ Tanto a Justiça Global, quanto a Rede são reconhecidas por seu trabalho em prol dos Direitos Humanos. A primeira se descreve como “uma organização não governamental de direitos humanos que trabalha com a proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia”.⁷¹ Já a Rede, se diz “movimento social independente do Estado, de empresas, partidos políticos e igrejas,

⁶⁷ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137525/Morte-de-bailarino-gera-protestos-em-Copacabana.htm>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137525/Morte-de-bailarino-gera-protestos-em-Copacabana.htm>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137525/Morte-de-bailarino-gera-protestos-em-Copacabana.htm>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137525/Morte-de-bailarino-gera-protestos-em-Copacabana.htm>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.

⁷¹ Disponível em: <http://global.org.br/sobre/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016

que reúne moradores de favelas e comunidades pobres em geral, sobreviventes e familiares de vítimas da violência policial ou militar, e militantes populares e de direitos humanos”.⁷²

As matérias publicadas por ambos os veículos trazem informações preliminares, algumas delas posteriormente foram negadas, sobre os fatos. Contudo, deixam às claras a postura de cada portal em relação ao que aconteceu. O título escolhido por cada veículo já mostra essa diferença. Enquanto O Globo Online não cita a morte de Douglas, o Favela 247 a coloca como explicação para os acontecimentos. Outra observação relevante é a escolha das imagens que ilustraram as reportagens. Uma foto em tamanho grande foi escolhida pelo Globo Online, com a legenda “Ladeira Saint Romain ficou tomada de objetos incendiados”. A imagem mostra o acesso tomado por objetivos e pessoas concentradas na entrada da favela. Já o Favela 247 traz uma montagem de fotos, também em tamanho grande, com uma imagem da favela em um dia comum e uma foto de Douglas, sem legendas. Observa-se também que, enquanto O Globo usou expressões depreciativas para o movimento liderado pelos moradores, o Favela 247 optou por chamá-lo de “protesto”. Na reportagem d’O Globo, a morte de Douglas não aparece como fato principal, perdendo espaço para a repercussão da manifestação nas ruas de Copacabana e para as entrevistas com os moradores do bairro. Já na reportagem replicada pelo Favela 247, a morte de Douglas é o tema central. As fontes escutadas pelas reportagens também receberam tratamento diferenciado em cada veículo, embora nenhum deles tenha entrevistado moradores da comunidade. Enquanto O Globo se ateu às falas da Polícia como porta-voz oficial, o Favela 247 também citou a Justiça Global e o Redes como porta-vozes dos moradores. Para contestar as informações da PM, O Globo recorreu à mãe da vítima, que, muito abalada, não conseguiu rebater argumentos essenciais. Por fim, a matéria d’O Globo cita os antecedentes criminais de Douglas, sem detalhar a situação da vítima diante da justiça, ou seja, se ele foi condenado ou não. Já a matéria da EBC, publicada pelo Favela 247, não citou o fato, uma vez que este não possuía nenhuma relação direta com o assassinato de Douglas.

6.2 O enterro

O segundo momento escolhido para ser analisado neste trabalho é o enterro de Douglas, que aconteceu na tarde de 24 de abril, no Cemitério São João Batista. Douglas foi velado por aproximadamente cinco horas e, depois, enterrado em uma das gavetas. Cerca

⁷² Disponível em: <http://www.redecontraviolenca.org/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016

de 500 pessoas ocuparam o cemitério, com faixas de luto. O entorno do cemitério estava cercado por policiais, o que causou revolta entre os presentes. Após o enterro, o grupo seguiu em manifestação pacífica até a comunidade, mas, enfrentou a resistência da polícia. As equipes da TV Globo, que estavam no local, foram vaiadas e deixaram o cemitério ao som de gritos “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”.

A reportagem com a cobertura do enterro de Douglas no jornal O Globo Online foi publicada às 13h39 e teve sua última alteração às 22h49, o que significa que a primeira versão foi ao ar logo nas primeiras horas do velório. O título escolhido foi “Ao som de gritos de ‘Justiça’, aplausos e fogos, corpo de dançarino DG é enterrado”, já o subtítulo, “Passeata, que teve apoio de mototaxistas, seguiu para o cemitério, em Botafogo, onde dançarino é velado”.⁷³

O lide é aberto com informações sobre o sepultamento de Douglas. O texto fala das homenagens que o rapaz recebeu e deu destaque para os aplausos, fogos de artifício, faixas e músicas, como o Rap da Felicidade, que foram cantadas enquanto o caixão entrava na gaveta. Em seguida, a matéria cita rapidamente o estado emocional da mãe da vítima, definido pela palavra “desespero”. Para fechar o lide, é citada a “passeata”, como definiu o jornal, que saiu do Pavão-Pavãozinho rumo ao cemitério. O texto diz que “centenas de pessoas” caminharam até a comunidade, fala sobre as alterações causadas no trânsito e informa que “ao menos cem policiais militares, além de guardas municipais e agentes de trânsito” acompanharam o grupo.⁷⁴

Em seguida, a matéria relata que “os manifestantes”, como nomeou o jornal, chegaram ao cemitério cantando o “Funk da paz” e se reuniram aos que já estavam no local. O jornal reforça que o grupo foi “recebido com aplausos” e que todos estavam “bastante emocionados”. Superficialmente, o texto cita eles “gritavam palavras de ordem, como ‘Fora UPP, matou Amarildo e DG’” e que os pais da vítima foram homenageados na porta do cemitério. O parágrafo termina dizendo que a mãe de DG “reclamou” da presença ostensiva de PMs, citando a frase “Quem mandou esses assassinos aqui? O que estão fazendo aqui policiais sem farda?”.⁷⁵

⁷³ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ao-som-de-gritos-de-justica-aplausos-fogos-corpo-de-dancarino-dg-enterrado-12283355>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

⁷⁴ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ao-som-de-gritos-de-justica-aplausos-fogos-corpo-de-dancarino-dg-enterrado-12283355>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

⁷⁵ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ao-som-de-gritos-de-justica-aplausos-fogos-corpo-de-dancarino-dg-enterrado-12283355>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

Entre os cerca de 500 presentes, apenas uma pessoa foi entrevistada pela reportagem, a apresentadora Regina Casé. O jornal destacou uma das falas da artista: “Estou muito abalada. Se fosse alguém que eu não conhecesse, que nunca tivesse visto, eu ficaria transtornada. Mas, sendo ele um menino trabalhador, muito criativo, alegre, que sempre inventava coisas lindas... Toda a família Esquenta está aqui. Ele era muito querido”.⁷⁶

No parágrafo seguinte, a manifestação volta a ganhar destaque. O texto comenta que 30 mototaxistas e cerca de 50 pessoas saíram da comunidade carregando “faixas com frases contra UPPs”. Nesse ponto, a reportagem sublinha que “À medida que eles avançavam pela via, comerciantes fechavam as portas de seus estabelecimentos, temendo conflitos na região” e que “Alguns invasores do terreno da Oi também participaram da manifestação”.⁷⁷

Por fim, o jornal destaca que “manifestantes mais exaltados bateram com as mãos nos carros da polícia que acompanhavam a caminhada” e que uma equipe da TV Globo, “foi hostilizada e precisou sair da frente do cemitério”. A reportagem já havia citado superficialmente o número de policiais ao entorno do cemitério, mas só então apontou o número de policiais que seguiu a manifestação: cinco veículos do Batalhão de Choque seguindo o grupo, e mais outros cinco do 19º BPM (Copacabana). A matéria finaliza dizendo que os manifestantes filmaram a manifestação “com celulares em punho”.⁷⁸

O Portal Favela 247 optou por outro foco para a cobertura do enterro de Douglas. O ponto principal da reportagem foi a entrevista que José Mariano Beltrame concedeu ao programa “Encontro”, apresentado por Fátima Bernardes na TV Globo. Com o título “Beltrame: só a ocupação policial mudará paradigma da violência”, o texto traz em destaque algumas falas do Secretário de Segurança Pública do Estado durante a entrevista. O velório de DG aparece ao final da matéria, em uma retranca especial.⁷⁹

Como é padrão nas reportagens do Portal, o texto foi aberto com um parágrafo destaque, com uma declaração de Beltrame. Em sua fala, o Secretário disse que o Rio de

⁷⁶ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ao-som-de-gritos-de-justica-aplausos-fogos-corpo-de-dancarino-dg-enterrado-12283355>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

⁷⁷ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ao-som-de-gritos-de-justica-aplausos-fogos-corpo-de-dancarino-dg-enterrado-12283355>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

⁷⁸ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ao-som-de-gritos-de-justica-aplausos-fogos-corpo-de-dancarino-dg-enterrado-12283355>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

⁷⁹ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137770/Beltrame-s%C3%B3-ocupa%C3%A7%C3%A3o-policial-mudar%C3%A1-paradigma-da-viol%C3%Aancia.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

Janeiro demoraria para mudar o que chamou de “paradigma da violência”, caso as comunidades não fossem ocupadas. Ele afirmou ainda que “a polícia é o primeiro passo” e que é “absolutamente necessário” que ocorra a ocupação. “E se depender deste secretário, isto vai acontecer”, declarou.⁸⁰

O lide introduz a visita de Beltrame aos estúdios da Globo e ressalta que o foco inicial da entrevista seria o lançamento do livro “Todo dia é segunda-feira”, mas que o Secretário acabou bombardeado de perguntas sobre a morte do dançarino que trabalhava na casa. A reportagem ressaltou pontos polêmicos do caso, esclarecendo hipóteses levantadas pela polícia e por grande parte da mídia nos primeiros dias após a morte de Douglas.⁸¹

O primeiro tema tratado na reportagem foi o posicionamento do Secretário diante da afirmação de que Douglas teria morrido em decorrência da queda. Beltrame classificou o episódio como “precipitado”, justificou dizendo que o corpo ainda não tinha passado pelo Instituto Médico Legal (IML) e concluiu informando que aguardava pelo inquérito policial para apontar a *causa mortis*. Em seguida, o Secretário fez uma promessa, destacada pelo Portal: “A transparência é sinônimo de credibilidade. E se nós tivermos que cortar na carne da Polícia Militar, será feito”.⁸²

Outra fala de Beltrame, escolhida pelo Portal Favela 247, foi a defesa às acusações da mãe de Douglas, Maria de Fátima. A técnica em enfermagem havia acusado o desaparecimento das balas que mataram o filho e que havia encontrado cápsulas deflagradas quando foi à delegacia buscar os documentos molhados de DG. O Secretário não soube responder e disse apenas que balas de calibre .45 não são usadas pela PM, prometendo que o caso não teria o mesmo desfecho que o de Amarildo.⁸³

O Favela 247 destacou ainda uma fala de Beltrame sobre o futuro das UPPs. O Secretário defendeu a credibilidade do projeto e disse que, por mais que os agentes públicos não tenham direito de errar, “errar é humano”. Em seguida, ele disse que não iria “defender a corporação” preliminarmente, mas que não poderia acusar pessoas com base

⁸⁰ <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137770/Beltrame-s%C3%B3-ocupa%C3%A7%C3%A3o-policial-mudar%C3%A1-paradigma-da-viol%C3%Aancia.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

⁸¹ <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137770/Beltrame-s%C3%B3-ocupa%C3%A7%C3%A3o-policial-mudar%C3%A1-paradigma-da-viol%C3%Aancia.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

⁸² <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137770/Beltrame-s%C3%B3-ocupa%C3%A7%C3%A3o-policial-mudar%C3%A1-paradigma-da-viol%C3%Aancia.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

⁸³ <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137770/Beltrame-s%C3%B3-ocupa%C3%A7%C3%A3o-policial-mudar%C3%A1-paradigma-da-viol%C3%Aancia.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

no que chamou de “suposições”. O último parágrafo da primeira parte da reportagem, é o mesmo parágrafo resumo.⁸⁴

Por fim, o portal trouxe uma retranca especial, com o nome “Choro, protesto e confronto”, com informações compiladas do G1 e da Agência Brasil. O texto traz uma frase da apresentadora Regina Casé e ressalta o confronto entre policiais e moradores ao final do enterro. A reportagem pontua que a polícia usou bombas de efeito moral e gás lacrimogênio para dispersar a passeata a poucos metros da subida para o morro e que os manifestantes se defenderam atirando sacos de lixo. A matéria é finalizada contextualizando a situação no Pavão-Pavãozinho como “tensa” e informando que quase todo o comércio fechou as portas.⁸⁵

O foco escolhido pelos dois veículos foi completamente diferente. Enquanto O Globo buscou uma cobertura mais voltada para despertar emoção, o Favela 247 ressaltou o discurso do Secretário sobre a morte de Douglas. A escolha das fontes também reforçou as diferenças. Enquanto O Globo fez a cobertura diretamente do cemitério, o Favela 247 buscou informações em portais. O Globo cedeu espaço para Regina Casé e publicou uma frase do longo discurso de Maria de Fátima. Já o Favela 247 usou frases de Beltrame sobre questões problemáticas sobre o caso. A única semelhança é que nenhum dos veículos conversou diretamente com moradores., embora o Favela 247 tenha feito outras reportagens dentro da favela, escutando essas pessoas.

Outro ponto de contraste foram as declarações a respeito das passeatas. Em sua reportagem, O Globo comentou apenas sobre a manifestação em direção ao cemitério e suprimiu o episódio de violência quando narrou a passeata de retorno à favela. Já o Favela 247 não comentou a passeata de ida ao velório, mas deu destaque ao confronto durante o retorno

Por fim, ambos os veículos usaram termos como “passeata” e “manifestantes”. Já a foto escolhida pelo O Globo foi um panorama da manifestação, em um ângulo que mostra apenas dois policiais ao fundo e poucas pessoas erguendo faixas contra a UPP. O Favela 247 fez uma montagem com as fotos de Beltrame e Douglas.

⁸⁴ <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137770/Beltrame-s%C3%B3-ocupa%C3%A7%C3%A3o-policial-mudar%C3%A1-paradigma-da-viol%C3%Aancia.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

⁸⁵ <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/137770/Beltrame-s%C3%B3-ocupa%C3%A7%C3%A3o-policial-mudar%C3%A1-paradigma-da-viol%C3%Aancia.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016

6.3 Esquenta: homenagem ao dançarino

No domingo (27) seguinte à morte de Douglas, o programa “Esquenta” fez uma homenagem ao dançarino do Bonde da Madrugada. Amigos, parentes e convidados especiais se vestiram de branco e fizeram um apelo pela paz. O programa mostrou imagens de Douglas e trouxe depoimentos emocionados. Nas redes sociais, o Esquenta e a apresentadora Regina Casé dividiram opiniões. Alguns dias depois, a mãe de Douglas publicou um vídeo relatando que foi ignorada por Regina nos bastidores e que passou muito tempo trancada dentro de uma sala, sem receber ninguém da produção.

A reportagem d’O Globo, “Em homenagem a DG, 'Esquenta' aborda a violência nas periferias”, destacou momentos específicos do programa. O subtítulo tava ênfase à participação de Maia de Fátima, dizendo: “Mãe do dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, encontrado morto no Morro do Pavão-Pavãozinho, participou do programa”.⁸⁶

O lide contextualizou a homenagem feita pelo programa, lembrando a morte de Douglas. Em seguida, destacou-se uma fala da apresentadora Regina Casé, dizendo que a intenção do programa era “ser uma festa”, “um almoço de domingo” e “só alegria”, mas que “a realidade brasileira” conduziu para falar também sobre violência.⁸⁷

Após dedicar um parágrafo às falas de Regina, a reportagem citou que a mãe de Douglas deu um “depoimento”, sem citar o conteúdo das palavras. Em seguida, uma nova fala de Regina se dizendo “muito aliviada” por ver Maria de Fátima chorar após demonstrar muita firmeza durante o velório.⁸⁸

Em seguida, a reportagem destaca nomes importantes da TV Globo que gravaram depoimentos, como Luciano Hulk, Serginho Grosman, Jô Soares e Faustão. Nenhum deles tinha relação próxima a Douglas. O texto destacou também que durante o que chamou de “tributo”, foi cantada a última composição de Douglas com o amigo MC Cabelinho.⁸⁹

A reportagem é finalizada com a única declaração de um dos amigos de Douglas que lotaram o estúdio naquele domingo. Identificado apenas como “um dos integrantes”, o rapaz, que conhecido por El Charo da Madrugada, declarou que seguiria lutando para que o Bonde da Madrugada ganhasse fama internacional e finalizou sua fala cantando um trecho

⁸⁶ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/em-homenagem-dg-esquenta-aborda-violencia-nas-periferias-12313295>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016

⁸⁷ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/em-homenagem-dg-esquenta-aborda-violencia-nas-periferias-12313295>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016

⁸⁸ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/em-homenagem-dg-esquenta-aborda-violencia-nas-periferias-12313295>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016

⁸⁹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/em-homenagem-dg-esquenta-aborda-violencia-nas-periferias-12313295>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016

do funk composto por ele após a morte do melhor amigo: “Com nosso DG no céu, até os anjos vão dançar”.⁹⁰

Já o Favela 247 abordou o programa de forma diferente. Com o título “Homenagem do Esquentado ao DG gera debate na internet”, o texto traz como parágrafo resumo a contextualização do tema da reportagem, explicando o foco do programa e as reações da internet.⁹¹

O lide informa que o programa foi todo dedicado a DG e relembra seu assassinato. Em seguida, ressalta a presença dos convidados e os testemunhos de outros famosos da TV Globo. Além de disponibilizar o link para assistir ao programa, o portal pontua que a mãe e ex-mulher de Douglas, que também é mãe da filha deles, estiveram presentes.⁹²

Em seguida, o Favela 247 explica que o programa teve ampla repercussão nas redes sociais e mobilizou articuladores das favelas cariocas e líderes de ONGs. O texto aponta ainda que grande parte das críticas estava centrada na “despolitização do Esquentado” e na “falta de apontamento dos culpados pelas mortes de jovens nos territórios populares do Rio de Janeiro”. A reportagem diz ainda que os internautas exigiam que a suspeita de assassinato pela polícia fosse citada, assim como o fato de que Douglas seria apenas mais uma vítima do Estado entre muitas outras. O parágrafo cita falas de Fransérgio Goulart, educador e morador de Mangueiras, e de José Francisco Marcelo da Silva, articulista do Favela 247. Este último disse: "O Programa Esquentado de hoje foi de uma covardia tão vil que conseguiu calar inclusive a indignação da mãe de DG. Lamentável". A crítica reforça que Maria de Fátima teve pouquíssimo espaço para falar durante o programa, recheado de falas de pessoas que nem sequer conheciam Douglas.⁹³

No parágrafo seguinte, são citados Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional Brasil, e Celso Athayde, da Central Única das Favelas (CUFA), que exaltaram o programa e o consideraram um avanço para o debate e para dar voz às favelas. Por fim, a reportagem traz as falas de Regina Casé sobre a intenção e os desdobramentos

⁹⁰ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/em-homenagem-dg-esquentado-aborda-violencia-nas-periferias-12313295>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016

⁹¹ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/138136/Homenagem-do-Esquentado-ao-DG-gera-debate-na-Internet.htm>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016

⁹² Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/138136/Homenagem-do-Esquentado-ao-DG-gera-debate-na-Internet.htm>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016

⁹³ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/138136/Homenagem-do-Esquentado-ao-DG-gera-debate-na-Internet.htm>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016

do programa e termina dizendo que José Júnior, líder do Afroreaggae elogiou as reflexões da apresentadora.⁹⁴

Os focos das reportagens d'O Globo Online e do Favela 247 foram completamente diferentes. O primeiro buscou, novamente, um perfil mais emotivo, com foco nas homenagens. Já o segundo, teve como objetivo problematizar o programa, dando espaço para as reflexões dos líderes comunitários. Esta diferença já encaminha uma segunda análise: a escolha das fontes. Enquanto O Globo cedeu espaço apenas a Regina Casé e a um dos vários amigos de Douglas presentes no local, que nem sequer foi identificado, o Favela 247 publicou textos dos articuladores das favelas. A foto escolhida pel'O Globo retrata Maria de Fátima, chorando, abraçada à Regina Casé. Já a foto do Favela 247, traz uma montagem de Regina com Maria e de Regina dançando com DG.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/138136/Homenagem-do-Esquentao-DG-gera-debate-na-Internet.htm>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016

7 Conclusão

Após a conclusão do trabalho observa-se muitas diferenças entre as coberturas dos veículos. Com poucas opções de matérias retratando o mesmo assunto, foi necessário buscar informações sobre o parâmetro geral da abordagem da morte de Douglas n'O Globo Online e no portal Favela 247. A dificuldade de encontrar matérias com temas comuns nos dois veículos expressa as disparidades de política editorial, reforçadas pelas coberturas analisadas.

O Globo Online é a extensão do tradicional jornal, que conhecemos impresso, para a internet. Sua política editorial, portanto, já é velha conhecida no mercado de comunicação. Desde o princípio da política de pacificação, o jornal apoiou o projeto. A cobertura da morte de DG foi diferente das coberturas das mortes de outras vítimas do Estado, como Amarildo e Cláudia. Ainda assim, em suas reportagens, o jornal levantou dúvidas sobre a vida pregressa da vítima. A suspeita de que Douglas integrava o tráfico de drogas do Pavão-Pavãozinho foi lançada em uma das reportagens analisadas, mas o veículo nunca dedicou espaço semelhante para desmentir as falsas acusações.

Infelizmente, ainda é prática do jornal e portal O Globo levantar suspeitas sobre a inocência da vítima pobre, preta e moradora de favela. O racismo ainda existe dentro dos veículos de comunicação, por vezes velado e, por outras, escancarado. O jornal O Globo reproduziu narrativas problemáticas em suas reportagens, seja por meio de entrevistas ou calando a voz de moradores da comunidade. A primeira matéria analisada, assim que o corpo de Douglas foi encontrado, traz declarações e termos, destacados durante a análise, que reforçam estereótipos e preconceitos. Tratar a imagem dos moradores de favela de forma animalésca e perigosa enquanto protestam e choram pela morte de mais uma vítima da guerra com a polícia, colabora para pensamentos higienistas, reforçados pela própria PM.

Contudo, o fato de Douglas ser funcionário da Rede Globo traz preocupação para o veículo. A necessidade de mostrar que DG era apenas um bailarino da casa, está embutida no uso constante de sua profissão para identificá-lo em todos os canais das Organizações. Observa-se, inclusive, uma mudança brusca de discurso da primeira para a segunda reportagem analisada. Douglas não é mais citado como suspeito, apenas como vítima. E os moradores passam a ser “manifestantes”. Ainda assim, a resistência do veículo em culpar a polícia pelo crime continua negando uma reflexão necessária para seus leitores. O jornal só legitima as acusações dos moradores quando sai o laudo da PM.

Por outro lado, os veículos comunitários assumem um papel de resistência. Ainda assim, é difícil encontrar coberturas completas ou profundas sobre violência policial. O portal Favela 247 tem o resguardo de um canal maior de comunicação, o Brasil 247. Por isso, tem mais liberdade e segurança para fazer coberturas sobre casos tão polêmicos. Muitas vezes, os veículos construídos dentro das favelas não conseguem avançar neste tipo de cobertura. A falta de segurança ainda é grande para a liberdade de imprensa de veículos comunitários.

O Favela 247 possui um número muito baixo de leitores, se comparado a O Globo. A cobertura do veículo possui características muito pessoais. Ainda assim, as reflexões são propostas, mesmo que nas entrelinhas. Não é política do jornal usar expressões que inferiorizem ou tornem ilegítimas as causas dos moradores das favelas. O veículo não se refuta de dar voz a essas pessoas ou de levantar suspeitas sobre a integralidade da Polícia Militar.

A grande diferença entre O Globo e Favela 247 está na maneira que observa o seu objeto de análise. A proximidade é o que faz com que a cobertura se torne menos sensacionalista e apelativa e mais reflexiva e disposta a problematizar. Os editores e jornalistas do Favela 247 são todos moradores de favela. São pessoas que conhecem o dia a dia da comunidade. Fortalecidos por uma política editorial que preza o indivíduo, o portal consegue fazer reportagens que dão voz às verdadeiras vítimas da violência.

Contudo, para o jornal O Globo Online, que circula entre as classes A e B, esse tipo de matéria não vende, não agrada seu público. É a fetichização da pobreza, da favela e da violência, sem abrir mão da crítica quando estas pessoas vão às ruas buscar seus direitos. Para a grande mídia, quanto mais distante da elite o pobre estiver, mais digno de pena ele é. Lamenta-se a morte apenas após levantar suspeitas sobre a vítima e colocar seu assassinato como mais uma fatalidade, como mais um dos vários casos isolados.

8 Referências Bibliográficas

BATISTA MALAGUTI, Vera. O Alemão é muito mais complexo In Paz armada. Vera Malaguti Batista (org.), Rio de Janeiro : Revan/ICC, 2012.

BECKER, Howard S. Outsiders: estudos da sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

CAMPOS, Andreilino. Do Quilombo à Favela. Rio de Janeiro: 2005. 55p

DE SOUZA E SILVA, Jailson. As Unidades de Polícias Pacificadoras e os novos desafios para a favela carioca. Rio de Janeiro: 2010. 10p

ENTMAN, Robert M. Democracy without citizens: media and the decay of american politics. New York: Oxford University Press, 1989.

GOFFMAN, Erving. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

MCCOMBS, M., SHAW, D.L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. The public opinion quarterly, Vol. 36, No 2, pp. 176-187, Summer 1972.

MEIRELLES, Renato e ATHAYDE, Celso. Um país chamado favela. Rio de Janeiro: 2014

MISSE, Daniel Ganem. Cinco anos de UPP: um breve balanço. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 3 - JUL/AGO/SET 2014 - pp. 675-700

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Revista Lua Nova, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo, número 79, pp. 15-38, 2010

_____. O Rio como um bazar. A conversão da ilegalidade em mercadoria política. Insight Inteligência. Rio de Janeiro: v.3, número 5, 2002, p.12-16.

_____. Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação. in Acusados e Acusadores. Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2008.

PAIVA, Raquel & SODRÉ, Muniz. Cidade dos artistas: cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro. Editora Muad, Rio de Janeiro, 2004

PEREIRA, Pedro Barreto. Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora / Pedro Barreto Pereira. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2012.

VAZ, P. A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime. Revista Famecos, Porto Alegre, nº 30, agosto de 2006

VAZ, Paulo et al. Pobreza e Risco: a imagem da favela no noticiário de crime. Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos, Rio Grande do Sul, v. 7, n.2, p. 95-103, maio/agosto 2005.

_____. Vítima virtual a mídia. Vigilância, Segurança e Controle Social. PUCPR. Curitiba. Brasil. 4 a 6 de março de 2009, pp. 51-69

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs). Um século de favela – 3ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Websites:

http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp

<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=62>

https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf

<http://www.pmerj.rj.gov.br/historia-da-pmerj/>

http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/ResolucaoSeseg443Upp.pdf

<http://www.pmerj.rj.gov.br/hierarquia/>

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf

<http://datafavela.com.br/classe-media-dobrou-de-tamanho-nas-favelas/>